

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade.

Período de Análise: 01/04/2016 a 30/04/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Desafios da comercialização de queijos artesanais. CNA. 01/04/2016.	5
O Código Florestal, os prazos e os corvos. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 04/04/2016.	6
Universidade de Lavras e Embrapa pesquisam café tolerante à seca. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 04/04/2016.	9
Espécie de mexilhão que ‘invadiu’ a Lagoa pode matar animais nativos. Guilherme Ramalho - O Globo, Rio. 04/04/2016	10
Rock in Rio plantará 1 milhão de árvores na Amazônia. O Globo, Cultura. 05/04/2016.	14
Linguça de Maracaju recebe certificado de Indicação Geográfica. MAPA. 05/04/2016.	17
Programa de sustentabilidade da Syngenta chega a 4 milhões de hectares. Bettina Barros – Valor Econômico. 06/04/2016.	19
Governo atende pedido do Sistema FAMASUL e prorroga prazo de licença para drenagem. CNA. 06/04/2016.	20
Mapa e MMA participam nesta quinta-feira (7) de assinatura de acordo para reforçar ações sustentáveis na Amazônia. MAPA. 06/04/2016.	21
MATO GROSSO DO SUL: comunidades indígenas recebem cestas da Conab. CONAB. 06/04/2016.	21
Problemas climáticos reduzem projeção para a safra 2016. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo, Economia. 07/04/2016	22
Novos rumos do licenciamento ambiental. Renata Piazzon – Valor Econômico. 07/04/2016.	24
Embrapa receberá R\$ 33 milhões para pesquisa em sustentabilidade na Amazônia. Cláudia Lafeté – MAPA. 07/04/2016.	26
Programa monitora retorno de abelhas em áreas de recuperação florestal. Bettina Barros – Valor Econômico. 08/04/2016.	28
Doação de feijão atinge 11,8 mil toneladas e beneficia mil prefeituras no país. CONAB. 11/04/2016.	29
Carbon Trust busca US\$ 100 milhões para pecuária sustentável. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 12/04/2016.	30
Parques aquícolas de Cana Brava, em Goiás, recebem licença ambiental. MAPA. 12/04/2016.	31
Irrigação automatizada de baixo custo. CNA. 12/04/2016.	32

CSN assina termo de conduta de R\$ 178 milhões para adequação ambiental. Rodrigo Rocha e Juliana Machado - Valor Econômico. 13/04/2016.....	34
Ceagesp reorganiza ações de sustentabilidade. MAPA. 13/04/2016.....	35
Conab contrata frete para distribuição de alimentos a indígenas. CONAB. 13/04/2016.....	37
Como semear a inovação. Mário Von Zuben - Valor Econômico. 14/04/2016.....	37
Seminário apresenta proposta de projeto de lei sobre o uso do solo e da água no meio rural. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 14/04/2016.	40
'Startups' criam hortas hiperlocais e em telhados usando alta tecnologia. Ruth Simon – Valor Econômico. 15/04/2016.	41
STF pode julgar constitucionalidade do Código Florestal em dois meses. Renata Mariz - O Globo, Brasil. 19/04/2016.....	45
Incra/RN discute implantação de parques de energia eólica em assentamentos. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/04/2016	50
Fetraf/Brasil leva propostas à REAF. FETRAF. 20/04/2016.....	52
Estados da região Norte apresentam os melhores índices de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). CNA. 20/04/2016.	54
Dilma pede apoio do setor privado para reduzir emissão de gases. Juliano Basile – Valor Econômico. 22/04/2016.....	56
Entenda os pontos-chave do acordo climático a ser assinado na ONU. O Globo, Sociedade. 22/04/2016	58
Sistema FAMASUL e Embrapa lançam simpósio sobre gases de efeito estufa no dia 05 de maio. Ana Brito - CNA. 25/04/2016.	59
PCHs têm potencial de uma Belo Monte. Rodrigo Polito – Valor Econômico. 25/04/2016.....	61
Doação de mudas promove educação ambiental na Caatinga. CNA. 25/04/2016...	62
Embrapa leva ciência e tecnologia a agricultores familiares. MAPA. 26/04/2016..	64
PIAUÍ: Quilombolas recebem mais de 17 mil quilos de alimentos da Conab. CONAB. 27/04/2016.....	65
Incra pode permitir que FAET emita Certificado de Cadastro de Imóvel Rural. CNA. 27/04/2016.	65
Ministro Patrus Ananias recebe representantes da Fetraf/Brasil e debate políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar. FETRAF. 27/04/2016.	66
Modelo em xeque. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 28/04/2016.....	67
ABNT lança selo verde visando redução do carbono e uso racional da água. Rosangela Capozoli – Valor Econômico. 28/04/2016.....	70

Entidades se mobilizam por oportunidades sustentáveis. Salete Silva – Valor Econômico. 28/04/2016.....	72
Frotas corporativas avançam com programa de redução de emissões de carbono. Andrea Vialli – Valor Econômico. 28/04/2016.....	75
Estudo diz que pecuária pode superar papel de vilã. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 28/04/2016.....	76
Licenciamento ambiental pode deixar de existir. André Borges – O Estado de São Paulo, Economia. 28/04/2016.....	79
Comércio aliado do meio ambiente. Roberto Azevêdo – O Globo, Opinião. 28/04/2010.....	81
Ceplac forma mais uma turma do curso de Jovem Empreendedor Rural. MAPA. 28/04/2016.....	82
Bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga tem valor econômico e biológico para o País. CNA. 28/04/2016.	83
Urgência estratégica. José Eli da Veiga – Valor Econômico. 28/04/2016.....	85
Crise política pode afetar meta para as emissões. Luciana Otoni – Valor Econômico. 28/04/2016.....	88
Crédito para a transição é limitado. Janes Rocha – Valor Econômico. 28/04/2016..	90

Desafios da comercialização de queijos artesanais. CNA. 01/04/2016.

História e tradição definem o queijo artesanal. Fonte de renda e sobrevivência econômica e do modo de vida de milhares de famílias em diferentes regiões do país, o produto movimentava a economia de pequenos municípios, mas ainda encontra gargalos para seu reconhecimento, fabricação e comercialização.

Para apresentar as dificuldades na legislação para queijos artesanais, produtores capixabas participaram do 1º Painel Rural, nesta quarta-feira (30), realizado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do ES e pelos Sindicatos Rurais - Sistema FAES/SENAR-ES/Sindicatos Rurais. O evento contou com a palestra do presidente da Associação Regional dos Produtores de Queijo da Canastra (Aprocan), João Carlos Leite.

Cerca de 400 produtores capixabas compareceram ao Cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória, para aprender e entender como o cobiçado queijo da Serra da Canastra, em Minas Gerais, se tornou um artigo gourmet e com preço tão rentável aos produtores mineiros.

João Carlos Leite descreveu a trajetória dos produtores de queijo da Serra da Canastra, desde 2002 até alcançar a autorização para comercializar legalmente seu produto em todo o estado. E, segundo Leite, hoje a luta é para conseguir autorização para vender o queijo Canastra para todo o Brasil.

“Em junho de 2015, reunimos dez estados produtores de queijos artesanais do Brasil, montamos uma proposta de legislação e protocolamos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Nossa intenção é que o Governo reconheça que a produção artesanal de queijos com leite cru precisa de mudanças nos critérios de fiscalização, e que não podem ser tratados com o mesmo peso dos laticínios de médio e grande porte. As exigências da legislação devem estar de acordo com as características da produção”, frisou o palestrante.

Segundo o presidente da FAES, Júlio Rocha, “este foi o 1º Painel Rural, e o Sistema FAES/SENAR-ES/Sindicatos Rurais promoverá outros encontros, trazendo profissionais reconhecidos para tratar de assuntos relevantes para o setor do

agronegócio do Espírito Santo”. Já a superintendente do SENAR-ES, Letícia Toniato, ressaltou que “a atividade leiteira no estado ocorre na maioria dos produtores rurais capixabas, e que a produção e comercialização de queijos artesanais é uma forma de melhorar a renda e a qualidade de vida dessas famílias”.

O presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES (Idaf), José Maria de Abreu Júnior, ponderou a importância da parceria com o Sistema para desenvolver a agroindústria no estado, e informou que em um mês estará pronta uma nova legislação para regularizar agroindústria no Espírito Santo.

Pensando em apoiar o estado de Minas Gerais com a mobilização da Lei que está no Senado, e com foco no desenvolvimento dos pequenos produtores de queijo capixabas, a FAES reforçará o pedido de alteração da legislação, junto ao MAPA.

Queijo da Serra da Canastra
O queijo da Serra da Canastra é produzido há mais de 200 anos, carrega com ele muita cultura, história e tradição, por isso conseguiu o selo de indicação geográfica, com produção certificada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo considerado como patrimônio imaterial do Brasil. Hoje possui admiradores, não só no Brasil, como em outros lugares do mundo.

Em Minas Gerais, segundo dados do IPHAN, cerca de 30.000 famílias vivem da produção de queijos artesanais, incluindo o da Serra da Canastra que se tornou um grande exemplo de empreendedorismo, organização, agregação de valor e construção de uma identidade regional a ser aprendido. O preço do quilo do queijo na região varia de R\$ 35 a R\$ 60.

O Código Florestal, os prazos e os corvos. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 04/04/2016.

Uma propriedade rural em Cruzeiro do Sul, no Acre, tem 59 hectares. O dono diz que lá há uma pequena faixa de Amazônia ainda intacta e o resto é "área rural consolidada". O termo, emprestado ao Código Florestal de 2012, sinaliza às autoridades ambientais que, vejam bem, aquilo tudo foi desmatado antes de 22 de julho de 2008. A floresta virou madeira, a terra foi ocupada com soja, pasto, curral, mandioca, casa, mas, como foi

antes de 2008, o cidadão pode pleitear anistia às multas desde que se comporte bem, diz a lei.

O caso consta do Cadastro Ambiental Rural, o CAR, que todos os proprietários rurais devem fazer até 5 de maio, mas tem duas malandragens: uma sobre quanto se desmatou e a outra sobre quanto. O mentiroso deu azar: caiu na malha fina verde, os analistas do sistema federal Sicar, e se tornou mais um dado para um debate efervescente que acontece no país enquanto a cena política em Brasília segue em turbulência, sem que ninguém saiba bem para onde.

Quase 70% da área que deve ser cadastrada no território nacional já tem seu CAR, segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do Ministério do Meio Ambiente que controla o processo. A área passível de ser cadastrada é de quase 400 milhões de hectares e praticamente 270 milhões de hectares já fizeram o cadastro, ou 70%.

O esforço de mapear propriedades é para organizar ativos e passivos ambientais do Brasil, mas o CAR está extrapolando funções. Nos assentamentos rurais, por exemplo, há os que correm atrás do papel pensando que talvez ajude, quem sabe, na titulação da terra. O CAR é obrigatório, mas a declaração é voluntária, e quem não fizer não terá acesso a crédito bancário. Tem grande potencial para fundamentar políticas públicas. Tudo lindo, só que não.

Neste debate rural e florestal há interesses de todos os tipos. A ministra da Agricultura Katia Abreu defendeu em março a prorrogação do prazo para inscrição no CAR. O Código dava um ano aos produtores, com possibilidade de prorrogar para mais um. É aqui que estamos. Novo adiamento só por lei aprovada pelo Congresso ou por medida provisória do Executivo. Embora o argumento oficial para o pedido de mais prazo seja que os pequenos proprietários nem sabem que o troço existe, são os grandes produtores que estão esperando Godot. "A implementação do Código Florestal tem seus custos", diz Gustavo Junqueira, presidente da Sociedade Rural Brasileira, que se manifesta contrário à prorrogação. "O Brasil tem a oportunidade única de fazer uma produção agrícola diferenciada do mundo", acredita.

A gestão ambiental rural é algo a ser construído. Vem sendo assim desde o Código Florestal de 1934, nunca cumprido. "Nunca tivemos capacidade política de fazer valer

as regras no campo. É mais fácil fechar uma indústria do que multar um fazendeiro", diz o consultor ambiental Valmir Ortega, ex-secretário de meio ambiente do Pará. "Trata-se de mudar uma cultura política, de um setor, que nos últimos 80 anos se opôs a cumprir este tipo de obrigações", continua. Para ele, prorrogar o prazo do CAR é "reforçar a cultura de que o Estado brasileiro coloca regras que é incapaz de cumprir."

Quatro anos depois da aprovação do Código, sua implementação suscita uma rica discussão nas autarquias federais, nos Estados, nas universidades, nos institutos de pesquisa, nas ONGs, nas entidades do agronegócio, nos sindicatos. O momento é estratégico. Feito o cadastro, como recompor os passivos? Com quais instrumentos? Como responder ao desafio de reflorestar 12 milhões de hectares, que é a meta brasileira de redução de emissões de gases-estufa? Com árvores nativas? Com espécies exóticas? O passivo ambiental dos produtores poderia entrar nesta dança?

O Código Florestal previu um instrumento econômico, a Cota de Reserva Ambiental, conhecida por CRA, que permite a quem tem passivo comprar áreas florestais excedentes de quem desmatou menos do que podia. Ainda não está regulamentado, mas exige acertos finos para ser eficiente. "Mercados são excelentes otimizadores, mas se não se coloca um critério ambiental, o mercado do CRA só irá otimizar o aspecto econômico", alerta o pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), à frente de estudos sobre o potencial destes instrumentos econômicos. A equipe vem destrinchando o que se sabe: no Brasil, o desequilíbrio entre oferta e demanda florestal é muito grande.

"A tragédia do país é essa. Já se desmatou tanto, mas tem tanto ainda para desmatar", equaciona Sergio Leitão, diretor do Instituto Escolhas. CAR e CRA, siglas que soam como engasgadas de corvos, são dois dos pilares cruciais da implementação do Código. Erros e acertos nestes mecanismos significam milhões de hectares a mais ou a menos de florestas no Brasil.

Vários pontos do Código podem ser revistos brevemente. Há quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIns) apresentadas no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei. O ministro Luiz Fuchs convocou para 18 de abril uma audiência pública para ouvir esclarecimentos de cientistas sobre pendências complexas. "A audiência é uma vitória nossa, para que a sociedade possa voltar os olhos à questão florestal", diz Mauricio Guetta, assessor jurídico do Instituto Socioambiental, o ISA.

Uma das ADIns mira os controversos dispositivos que anistiam quem desmatou antes de 2008. É o ponto que beneficiaria aquele proprietário do Acre, se tivesse dito a verdade ou não tivesse caído na malha fina do CAR. Imagens de satélite indicam que o imóvel tinha quase 80% de sua área coberta por floresta em julho de 2008 e que em 2011 mais de 27 hectares de mata sumiram. Para piorar, o sujeito declarou menos floresta do que ainda tem, o que indica que pretende derrubar mais. "Porque não acabamos com o desmatamento na Amazônia? Porque a sociedade acha que faz parte do desenvolvimento. Esta é uma luta que temos que vencer", diz Ortega.

Universidade de Lavras e Embrapa pesquisam café tolerante à seca. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 04/04/2016.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa) têm trabalhado para selecionar novas cultivares de café tolerantes à seca. Clones da espécie *Coffea canephora* (robusta) estão sendo analisados, com aspectos que levam em conta a anatomia e fisiologia do cafeeiro para conseguir melhores resultados.

O trabalho desenvolvido pela mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agronomia/Fitotecnia da UFLA, Nagla Maria Sampaio de Matos, avaliou sete clones da espécie *Coffea canephora* Pierre buscando características anatômicas e fisiológicas que apresentaram modificações após um período de estresse hídrico controlado e, ou após a hidratação com o retorno da irrigação, para possível utilização no pré-melhoramento genético para tolerância à seca.

“Nas condições experimentais estudadas foi possível perceber que a espessura da cutícula, da epiderme adaxial, do floema e do parênquima paliçádico, bem como o potencial hídrico, eficiência do uso da água e o índice de área foliar são potenciais características que podem ser utilizadas na seleção de plantas de cafeeiro no pré-melhoramento para tolerância à seca” explicou Nagla, em nota divulgada pela universidade.

Segundo levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira de sacas de café tem apresentado quedas causadas pela restrição

hídrica, atingindo as principais regiões produtoras de café do país, o que ocorreu principalmente na safra de 2015. Como estratégia importante para o combate a essa causa de queda de produção, a seleção de plantas tolerantes e o lançamento de novas variedades é uma alternativa sustentável no campo.

“Com a técnica proposta como pré-melhoramento genético, espera-se que num futuro próximo haja expressiva redução no tempo necessário para o desenvolvimento de novas cultivares de café, que serão oferecidas aos cafeicultores como mais uma ferramenta para mitigação dos efeitos da seca na cafeicultura” explica o professor titular da UFLA e orientador da pesquisa, Rubens José Guimarães.

Espécie de mexilhão que ‘invadiu’ a Lagoa pode matar animais nativos. Guilherme Ramalho - O Globo, Rio. 04/04/2016

O pequeno animal, que também pode entupir canos, tem sido alvo de pesquisas de biólogos e de muitas queixas de Pescadores

RIO - Quem caminha ou pedala pela Lagoa Rodrigo de Freitas pode não reparar, mas um pequeno animal tem sido alvo de pesquisas de biólogos e de muitas queixas de pescadores locais, preocupados com o próprio sustento e com a vida de um dos principais cartões-postais do Rio. Um mexilhão invasor está tomando conta de todo tipo de superfície, como rochas, boias e estacas, principalmente nas bordas do espelho d’água. Como a Lagoa será palco de provas de remo e canoagem durante os Jogos Olímpicos, em agosto, especialistas temem a possibilidade de a espécie chegar a outras regiões do planeta, já que a competição trará embarcações de atletas do mundo inteiro. A situação é ainda mais preocupante porque, até o momento, não há no local qualquer controle sobre o bicho, que pode eliminar animais nativos, entupir tubulações e corroer estruturas.

As espécies invasoras são consideradas por estudiosos a segunda maior ameaça à biodiversidade do mundo, atrás apenas da destruição de habitats. Ninguém sabe dizer ao certo como nem quando o mexilhão foi parar na Lagoa, mas há dois anos quatro biólogos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) publicaram um artigo na “Marine biodiversity records”, da Associação de Biólogos Marinhos do Reino Unido, dizendo que o bicho seria da espécie *Mytilopsis leucophaeata*, oriunda da costa atlântica

dos Estados Unidos e do México. A identificação foi feita por meio de comparações com o que já havia sido registrado na literatura científica. Se comprovada por exames moleculares, será o segundo registro do animal no Brasil: em julho de 2004, ele foi encontrado em Recife.

Como os “imigrantes” não têm predadores naturais e se multiplicam rapidamente, podem ameaçar as espécies nativas, reduzindo a biodiversidade da Lagoa. Esses mexilhões não são usados para consumo nem afetam a saúde humana.

Segundo os pesquisadores da Uerj, o animal é bem semelhante ao mexilhão-zebra (*Dreissena polymorpha*). Só que o *Dreissena* é encontrado em água doce, enquanto o *Mytilopsis*, em água salobra. Nos Estados Unidos, o mexilhão-zebra chegou a infestar 40% das vias navegáveis, exigindo gastos de quase US\$ 1 bilhão, entre 1989 e 2000, com medidas de controle. Também já invadiu boa parte da Europa. No Brasil não há registro dele, segundo o Ministério de Meio Ambiente.

“Um problema muito grande”

Por aqui, o que mais preocupa é o mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*). Desde 2004, uma rede de pesquisadores faz seu monitoramento, buscando inclusive formas de erradicá-lo. Como na maioria dos casos de invasores no meio aquático, chegou à América do Sul grudado nos cascos de embarcações da Ásia. Entrou pelo porto de Buenos Aires, na Argentina, e foi subindo até chegar ao Pantanal, causando sérios prejuízos a empresas de energia e abastecimento por obstruir redes e tubulações.

Para o biólogo Igor Miyahira, um dos autores do estudo da Uerj, a Lagoa não corre o risco de sofrer grandes estragos, como em outras regiões infestadas pelo mexilhão-dourado:

— Por sorte, não há uma indústria ou hidrelétrica na Lagoa. Se tivesse, o prejuízo seria maior. O mexilhão-dourado chama mais atenção porque causa diversos problemas, principalmente econômicos. Milhões se perdem com uma hidrelétrica parada por causa desse molusco. Nesse caso, o poder público se movimenta mais para tomar alguma providência — comentou Miyahira, que começou este ano uma pesquisa na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), com prazo de dois anos, para entender melhor a dinâmica populacional da espécie na Lagoa.

O biólogo afirmou que os órgãos públicos deveriam fazer um acompanhamento e controlar a proliferação do animal, principalmente com a chegada das Olimpíadas:

— Uma preocupação é a proliferação dessa espécie em outros pontos do Brasil e do mundo. É uma possibilidade que existe e não seria bom para ninguém. Depois que uma espécie invasora chega, é difícil eliminá-la. É um problema muito grande. Em Recife, o mexilhão chegou por água de lastro. Na Lagoa, é pouco provável que isso tenha acontecido. Pode ter chegado em um barco contaminado, mas não temos certeza.

Uma das hipóteses levantadas é de que o animal possa ter vindo com a árvore de Natal da Lagoa, construída no Rio Grande do Sul. No entanto, a empresa responsável pela estrutura, a Backstage, garantiu que a árvore fica armazenada em terra, sendo montada somente nas águas da Lagoa.

"Estão prejudicando a pesca"

Presidente da colônia de pescadores Z-13, Pedro Marins já sente os impactos causados pelas espécie. Segundo ele, a proliferação do mexilhão chama a atenção há três anos.

— Esses mexilhões estão prejudicando nossa pesca, principalmente de robalo e tainha. Eles criam uma espécie de manta em cima das pedras do fundo do mar, onde os peixes se alimentam — afirmou o pescador.

Por outro lado, ele também notou que, após a proliferação da espécie, a água da Lagoa ficou mais clara.

— A Lagoa sempre teve uma água turva e esverdeada. Agora, está mais cristalina. Mas isso não quer dizer que esteja mais limpa — destacou.

Especialista em espécies invasoras, o biólogo português Ronaldo Sousa, da Universidade do Minho, afirmou que a mudança de coloração pode acontecer porque os mexilhões também funcionam como filtros:

— Eles são capazes de retirar partículas da água, tornando os sistemas invadidos mais transparentes. Realmente aumentam a claridade.

O professor Bruno Meurer, coordenador do Departamento de Biologia da Universidade Santa Úrsula, iniciou no ano passado uma pesquisa para identificar em que locais a

espécie que infesta a Lagoa é mais encontrada. Na última quarta-feira, ele coletou algumas amostras para analisá-las em laboratório.

— O mexilhão encontrou condições muito boas para se desenvolver. É um competidor agressivo. No futuro, poderemos ter uma redução do número de algumas espécies de peixes — alertou Meurer.

Questionada sobre o invasor, a Secretaria municipal de Meio Ambiente informou que concentra suas atividades no monitoramento da qualidade da água da Lagoa e disse que não houve qualquer alteração expressiva nas análises. Já a Secretaria estadual do Ambiente destacou que o mexilhão não consta da Lista Oficial de Espécies Invasoras do Estado, que passa por apreciação no Conselho estadual de Meio Ambiente. Segundo a pasta, a partir da aprovação dessa relação, será implantado o Programa Estadual de Gestão de Espécies Exóticas Invasoras, que vai estabelecer diretrizes para o controle dos “imigrantes”.

Mais sobre o molusco

Espécie: *Mytilopsis leucophaeata*.

Tamanho: Até dois centímetros.

Lugar de origem: Costa atlântica dos Estados Unidos e do México.

Invasão: O primeiro registro foi na Bélgica, em 1835. No Brasil, foi encontrado pela primeira vez em Recife, em julho de 2004.

Impacto: Pode alterar a cadeia alimentar do ecossistema e disputar espaço com espécies nativas, além de entupir tubulações e corroer instalações.

Outros invasores

caramujo africano. O animal chegou ao Brasil na década de 1980 como alternativa ao valorizado escargot. A experiência gastronômica, no entanto, foi um fracasso comercial. A espécie costuma aparecer em quintais e terrenos, podendo transmitir meningite e inflamação intestinal.

Apontada como uma das maiores ameaças aos ecossistemas costeiros do Brasil, a invasão do coral-sol, que começou pela Baía da Ilha Grande, já tomou o litoral Sul Fluminense, dizimando espécies nativas.

Mexilhão-dourado. Chegou pelo Rio Grande do Sul e se tornou uma verdadeira praga em nossos rios. Mais recentemente, o molusco chegou ao Pantanal, aproximando-se da Bacia Amazônica, um dos ambientes de maior biodiversidade do planeta.

Rock in Rio plantará 1 milhão de árvores na Amazônia. O Globo, Cultura. 05/04/2016.

Evento de celebração do projeto terá concerto flutuante no Rio Negro em 27 de agosto

RIO - Em um evento na Cidade das Artes que contou com a presença de Baby do Brasil, Pedro Baby, Lenine, Mart'nália, Roberta Sá, Jota Quest e Dinho Ouro Preto, o diretor-geral do Rock in Rio, Roberto Medina, anunciou ontem o lançamento do projeto Amazônia Live Rock in Rio (amazonialive.com), uma espécie de braço socioambiental do festival. A proposta é grandiosa: plantar um milhão de árvores na floresta, mais precisamente na cabeceira do Rio Xingu, onde o desmatamento é intenso. O projeto de reflorestamento será lançado durante um concerto flutuante no Rio Negro em 27 de agosto, com a participação de nomes como o tenor Plácido Domingo e a cantora Ivete Sangalo.

Após um pequeno concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira, Medina apresentou o projeto para um auditório repleto de patrocinadores e representantes do terceiro setor que abraçaram a empreitada. Depois de citar números desanimadores sobre os efeitos do aquecimento global no planeta, principalmente na Amazônia, o empresário se mostrou sensibilizado com a situação:

— O Rock in Rio é hoje o maior evento musical do mundo e temos tudo a ver com isso (aquecimento global). Achei que seria bacana sinalizar para as pessoas que faremos o projeto, em agosto, pois era preciso dar uma boa notícia para o país em meio a tantas más notícias. Ouço muitos empresários falarem que querem sair do Brasil, mas o país é fantástico e vale a pena, apesar do momento de crise que vivemos. A gente vai virar o jogo. Sempre fizemos projetos importantes e esse será mais um. Serão, no total, R\$ 28 milhões da iniciativa privada na empreitada. Vamos plantar um milhão de árvores na Amazônia e chegaremos a três milhões, mobilizando parceiros. O Banco Mundial

prometeu que também vai plantar um milhão de árvores. Muitos patrocinadores vão encampar o projeto. A preservação da Amazônia não é uma responsabilidade do Brasil, é do mundo.

Sobre o espetáculo que vai celebrar o início do projeto, o empresário antecipou:

— Vamos construir um grande palco flutuante no Rio Negro. A estrutura vai simular uma folha solta em suas águas. Não haverá plateia, serão só 200 convidados que assistirão ao espetáculo, mas teremos uma transmissão internacional do evento. Plácido Domingo e Ivete Sangalo vão cantar ao piano. Tudo será feito para simbolizar o poder da música, sua capacidade de colocar esse assunto em debate.

PRIORIDADE MUNDIAL

Presidente da Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), instituição que fará a gestão financeira do projeto, Rosa Guimarães lembrou que “apenas 15% das florestas nativas do mundo estão de pé”:

RIO - Em um evento na Cidade das Artes que contou com a presença de Baby do Brasil, Pedro Baby, Lenine, Mart'nália, Roberta Sá, Jota Quest e Dinho Ouro Preto, o diretor-geral do Rock in Rio, Roberto Medina, anunciou ontem o lançamento do projeto Amazônia Live Rock in Rio (amazonialive.com), uma espécie de braço socioambiental do festival. A proposta é grandiosa: plantar um milhão de árvores na floresta, mais precisamente na cabeceira do Rio Xingu, onde o desmatamento é intenso. O projeto de reflorestamento será lançado durante um concerto flutuante no Rio Negro em 27 de agosto, com a participação de nomes como o tenor Plácido Domingo e a cantora Ivete Sangalo.

Após um pequeno concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira, Medina apresentou o projeto para um auditório repleto de patrocinadores e representantes do terceiro setor que abraçaram a empreitada. Depois de citar números desanimadores sobre os efeitos do aquecimento global no planeta, principalmente na Amazônia, o empresário se mostrou sensibilizado com a situação:

— O Rock in Rio é hoje o maior evento musical do mundo e temos tudo a ver com isso (aquecimento global). Achei que seria bacana sinalizar para as pessoas que faremos o projeto, em agosto, pois era preciso dar uma boa notícia para o país em meio a tantas

más notícias. Ouço muitos empresários falarem que querem sair do Brasil, mas o país é fantástico e vale a pena, apesar do momento de crise que vivemos. A gente vai virar o jogo. Sempre fizemos projetos importantes e esse será mais um. Serão, no total, R\$ 28 milhões da iniciativa privada na empreitada. Vamos plantar um milhão de árvores na Amazônia e chegaremos a três milhões, mobilizando parceiros. O Banco Mundial prometeu que também vai plantar um milhão de árvores. Muitos patrocinadores vão encampar o projeto. A preservação da Amazônia não é uma responsabilidade do Brasil, é do mundo.

Sobre o espetáculo que vai celebrar o início do projeto, o empresário antecipou:

— Vamos construir um grande palco flutuante no Rio Negro. A estrutura vai simular uma folha solta em suas águas. Não haverá plateia, serão só 200 convidados que assistirão ao espetáculo, mas teremos uma transmissão internacional do evento. Plácido Domingo e Ivete Sangalo vão cantar ao piano. Tudo será feito para simbolizar o poder da música, sua capacidade de colocar esse assunto em debate.

PRIORIDADE MUNDIAL

Presidente da Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), instituição que fará a gestão financeira do projeto, Rosa Guimarães lembrou que “apenas 15% das florestas nativas do mundo estão de pé”:

— Não basta preservar o que ainda temos, é preciso recuperar o que se perdeu. Reflorestamento é uma ação social tida como prioridade em todo o mundo.

Diretor do Instituto Socioambiental, outro parceiro da empreitada, Rodrigo Junqueira explicou onde o reflorestamento será feito:

— Vamos tentar reverter a degradação da cabeceira do Xingu. A técnica que vamos empregar para semear árvores utiliza as mesmas máquinas que plantam soja e capim. Não vamos plantar mudas, mas, sim, sementes. Serão 30 toneladas de sementes nativas.

— Não basta preservar o que ainda temos, é preciso recuperar o que se perdeu. Reflorestamento é uma ação social tida como prioridade em todo o mundo.

Diretor do Instituto Socioambiental, outro parceiro da empreitada, Rodrigo Junqueira explicou onde o reflorestamento será feito:

— Vamos tentar reverter a degradação da cabeceira do Xingu. A técnica que vamos empregar para semear árvores utiliza as mesmas máquinas que plantam soja e capim. Não vamos plantar mudas, mas, sim, sementes. Serão 30 toneladas de sementes nativas.

Linguíça de Maracaju recebe certificado de Indicação Geográfica. MAPA. 05/04/2016.

Produto de Mato Grosso do Sul é feito com carne bovina e suco de laranja azeda

Mais um dos sabores da agropecuária brasileira recebe o certificado de registro de Indicação Geográfica (IG). É a linguíça de Maracaju, município de Mato Grosso do Sul com quase 50 mil habitantes, a 164 quilômetros de Campo Grande. A produção da iguaria – preparada com carne nobre bovina, temperos e suco de laranja azeda – remonta a 1890, duas décadas após o fim da Guerra do Paraguai. Hoje, o produto é reconhecido dentro e fora de Mato Grosso do Sul, conquistando cada vez mais apreciadores, por causa do sabor inigualável, e contribui para movimentar a economia local.

A linguíça de Maracaju recebe o certificado, na modalidade de indicação de procedência, durante seminário sobre IG, que começou nesta terça (5) e vai até quinta-feira (7), na sede do Sebrae, em Brasília. O selo, concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), pode ser colocado no rótulo do produto fabricado pelos 12 integrantes da Associação dos Produtores da Tradicional Linguíça de Maracaju (Aprtalmar). “Essa indicação geográfica está delimitada aos estabelecimentos do município”, esclarece o fiscal federal agropecuário Márcio Menegazzo.

Durante todo o processo para a obtenção do certificado, que começou em 2009, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apoiou os produtores locais, como faz com diferentes setores agrícolas há cerca de 10 anos.

O presidente da Aprtalmar, Gilson Marcondes, destaca a importância cultural e econômica da linguíça para o município. Segundo ele, o produto deu origem, há 22 anos, ao maior encontro gastronômico de MS, a Festa da Tradicional Linguíça de Maracaju, realizada sempre em abril. O evento atrai turistas e gera empregos temporários, ajudando a fortalecer a agroindústria e o comércio do município.

Atualmente, os 12 produtores associados à Aptralmar, que seguem o regulamento de uso da produção, geram 70 empregos diretos. A produção da iguaria é de cerca de 240 mil quilos/ano. O preço do quilo varia, hoje, entre R\$ 30 e R\$ 40.

Para Marcondes, o recebimento do registro de indicação geográfica é a realização de um sonho. “Para concretizá-lo, tivemos uma força enorme do Mapa.” Além do Ministério da Agricultura, diz ele, o governo de MS, a prefeitura de Maracaju e o Sebrae ajudaram os produtores a obter o selo de IG. “Esse reconhecimento mostra que nossa região tem uma representação gastronômica e cultural, que é a linguíça de Maracaju.” O próximo passo, adianta, é ampliar as vendas dentro e fora do país. “Até já enviamos um dos nossos sócios a Dubai para conhecer aquele mercado.

Valor intrínseco e identidade

O INPI concede a IG apenas a produtos ou serviços característicos do seu local de origem. Isso lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade, além de distingui-los em relação aos seus similares no mercado.

A laranja azeda dá um sabor especial à linguíça, que só leva ingrediente naturais

Responsável pela área de Indicação Geográfica da Superintendência Federal de Agricultura de MS, Menegazzo destaca que a linguíça de Maracaju é um símbolo da cultura gastronômica do estado. “Desde a época do início da tradição da produção artesanal dos sabores da iguaria – baseada na cultura e nos costumes que preservou até hoje –, o produto vem ganhando reputação pelo sabor e pela maneira simples e rústica como é feito.” O alimento, assinala, é produzido com ingredientes naturais e sem aditivos químicos.

A indicação geográfica de linguíça de Maracaju, observa Menegazzo, não é só o reconhecimento a um produto de uma coletividade, mas é uma proteção jurídica contra falsas indicações de procedência. “Esse selo é um instrumento de garantia da preservação da qualidade vinculada à origem, impedindo a perda de sua especificidade ao longo do tempo. O registro contribui também para o desenvolvimento local e a diversidade alimentar, como resultado da conservação e promoção dos recursos naturais, culturais e sociais da Maracaju.”

Programa de sustentabilidade da Syngenta chega a 4 milhões de hectares. Bettina Barros – Valor Econômico. 06/04/2016.

A suíça Syngenta, maior fabricante mundial de defensivos agrícolas, fechou o ano de 2015 com quatro milhões de hectares de terras agrícolas recuperadas através da promoção da biodiversidade e iniciativas de preservação do solo. O saldo faz parte do levantamento do segundo ano de implementação do “The Good Growth Plan”, iniciativa global da companhia para o fomento à produção sustentável de alimentos. Lançada em 2013, a iniciativa prevê seis compromissos, com metas estipuladas até 2020.

Segundo a Syngenta, 17,2 milhões de pequenos agricultores foram capacitados pelo programa até o ano passado — dois milhões a mais que em 2014 —, através do acesso a soluções que elevassem a produtividade e beneficiassem as comunidades rurais. A biodiversidade também foi melhorada em cerca de 900 mil hectares de paisagem agrícola em mais de 30 países, diz a companhia, e outros compromissos continuam avançando, como treinamentos para segurança no campo e a promoção do trabalho justo.

“Como focamos o progresso para atingir os compromissos, estamos abordando parceiros e aprendendo com os nossos diversos públicos. Desta forma, podemos fazer a diferença e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”, disse CEO da Syngenta, John Ramsay, em nota.

No Brasil, cerca de 260 mil agricultores, numa área de quase 2 milhões de hectares, foram beneficiados pelo programa, através de melhores tecnologias, suporte agrônômico e gestão do solo, por exemplo, diz Fabrício Peres, líder de produtividade sustentável para a América Latina da Syngenta. “As experiências positivas no Brasil podem ser replicadas na Europa e na Ásia, onde ainda há espaço para melhorar”, disse ele ao Valor.

De acordo com o executivo, a produtividade cresceu em mais de 20 culturas acompanhadas no país. “Foram ganhos de 2% a 3% - um número expressivo em um único ano”, diz Peres. No caso específico da soja, o rendimento foi ainda maior.

“Registramos uma performance em média 20% superior à do mercado, beneficiando 1.500 produtores e uma área de 140 mil hectares”.

Os dados foram auditados por empresas independentes e estão disponíveis na internet.

Governo atende pedido do Sistema FAMASUL e prorroga prazo de licença para drenagem. CNA. 06/04/2016.

Atendendo ao pedido do Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul prorrogou o prazo para a abertura de valas de drenagem em lavouras atingidas pelas chuvas. A alteração foi divulgada no DOE - Diário Oficial do Estado nesta segunda-feira (4).

O prazo inicial venceu em 31 de março, mas algumas áreas ainda necessitam desse tipo de procedimento e por isso a autorização vai até 30 de abril. O presidente do Sistema FAMASUL, Mauricio Saito, comemora a mudança que auxiliará o setor produtivo a realizar essa medida de prevenção. "Fizemos esse alerta à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento porque em algumas áreas a intensidade das chuvas continuou excessiva e por isso não houve tempo hábil para a realização do procedimento de drenagem". A medida evita que sojicultores tenham maiores prejuízos com o alto volume pluviométrico que resulta no acúmulo de água no solo.

O novo prazo, 30 de abril, refere-se à autorização de construção temporária de valas de drenagem para o escoamento de água em áreas de plantios agrícolas e silviculturais em Mato Grosso do Sul. A medida foi tomada porque essas regiões ficaram alagadas e com a produtividade ameaçada após o grande volume de chuvas que atingiu o Estado no mês de março.

Para o secretário, Jaime Verruck, o alerta feito pela instituição foi fundamental para evitar maiores danos ao setor que é fundamental para o desenvolvimento do Estado. “O elevado volume de chuvas compromete o processo de dessecagem da soja, trazendo prejuízo para a produção agrícola. Nós oferecemos, no início do ano uma alternativa temporária, que só vale para as áreas agrícolas e de silvicultura, sem prejuízo às questões ambientais (...)”, informa o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Jaime Elias Verruck.

Para a construção das valas de drenagem é necessária a criação de projeto técnico simplificado que avalie questões como profundidade e drenagem da água, evite danos às propriedades vizinhas, não comprometa a profundidade do lençol freático e não contribua com processos erosivos.

Os produtores que precisarem realizar manutenção, restauração e conservação de estradas, rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica e telefonia e suas faixas de domínio, estão isentos da solicitação de licenciamento ambiental para a realização dessas medidas.

Mapa e MMA participam nesta quinta-feira (7) de assinatura de acordo para reforçar ações sustentáveis na Amazônia. MAPA. 06/04/2016.

As ministras Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) participam nesta quinta-feira (7), às 15h, da solenidade de assinatura de acordo entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Eliseu Alves (FEA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para reforçar as ações do Fundo Amazônia. O objetivo do acordo é promover a produção e disseminação de conhecimentos e tecnologias voltadas para a recuperação, conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia, apoiando a execução de projetos das unidades descentralizadas da Embrapa.

Serviço:

Assinatura de acordo de cooperação técnica entre a Embrapa, Fundação Eliseu Alves e BNDES para reforçar as ações do Fundo Amazônia

Data: 7/4

(quinta-feira)

Horário: 15h

Local: Auditório Maior do Mapa – Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Brasília/DF

MATO GROSSO DO SUL: comunidades indígenas recebem cestas da Conab. CONAB. 06/04/2016.

Comunidades indígenas dos municípios de Ponta Porã e Dourados (MS) começaram a receber, nesta semana, 2,2 mil cestas de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As doações totalizam mais de 50 toneladas de produtos e beneficiarão cerca de 9 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Essa é a segunda de quatro etapas de distribuição de alimentos. As entregas estão sendo feitas pelos empregados da Companhia em frota própria da superintendência regional do Mato Grosso do Sul.

As cestas são compostas por oito variedades de produtos: arroz, feijão, óleo, leite em pó, farinha e macarrão. Os alimentos foram adquiridos pela Conab por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Problemas climáticos reduzem projeção para a safra 2016. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo, Economia. 07/04/2016

A safra brasileira de grãos 2015/16 deve alcançar 209 milhões de toneladas, segundo a Conab; houve redução de 0,6% em relação à estimativa anterior

A safra brasileira de grãos 2015/16 deve alcançar 209 milhões de toneladas, o que corresponde a um leve aumento de 0,6% (1,3 milhão de t) em comparação com o período anterior (20,7,7 milhões de t). Os números fazem parte do 7º levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado nesta quinta-feira, 7. Com relação à previsão do mês passado, houve redução de 0,6% por causa de adversidades climáticas nas fases finais das culturas, segundo a Conab.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também destaca no seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de março que problemas climáticos em diferentes pontos do País provocaram a revisão para baixo na estimativa para a safra nacional de grãos em 2016. A pesquisa prevê uma produção de 210 milhões de toneladas de grãos no ano, 1,3 milhão de toneladas a menos do que a estimativa de fevereiro.

"Problemas climáticos que ocorreram em janeiro e fevereiro estão afetando a informação de março, afetando a safra de verão. A estiagem e o excesso de chuvas provocam diferentes efeitos, depende do estágio em que a cultura está. Houve baixa

precipitação (escassez de chuvas) na região de cerrado de Maranhão, Bahia, Piauí, onde são plantados soja, algodão e milho, provocando variação negativa para essas regiões. E o contrário também, teve excesso de chuvas no Paraná", explicou Mauro Andreazzi, gerente da Coordenação de Agropecuária do IBGE.

No levantamento de março houve redução nas estimativas para a batata 1ª safra (-1,1%), mandioca (-1,5%), soja (-1,6%), milho 1ª safra (-2,2%), arroz (-2,4%), feijão 1ª safra (-2,5%), feijão 3ª safra (-2,5%), cacau (-2,8%) e sorgo (-10,0%). Na direção oposta, melhorou a previsão em relação à de fevereiro para o feijão 2ª safra (4,6%), batata 2ª safra (4,5%), algodão herbáceo (3,7%), milho 2ª safra (3,2%), café canephora ou robusta (1,8%) e café arábica (0,7%).

Nos dados da Conab, o destaque é a produção de soja, que deverá atingir 99 milhões de toneladas, 2,9 milhões a mais do que na safra anterior, graças aos ganhos de área de 3,2%. Em relação à pesquisa anterior, no entanto, a Conab estimava safra de 101,18 milhões de t de soja.

A produção total de milho está projetada em 84,7 milhões de toneladas, semelhante à produção de 2014/15. A previsão para o milho primeira safra é de redução de 8,5% na produção, com estimativa de 27,5 milhões de toneladas ante 28,24 milhões de t em 2014/15. Para a segunda safra do cereal, a expectativa é de crescimento de 4,7%, devendo atingir 57,1 milhões e compensando a quebra do anterior. Em 2014/15, o País colheu 55,28 milhões de t na segunda safra de milho, também chamada de safrinha, ou de inverno.

O feijão primeira safra recuperou a produtividade, o que deve se refletir em um aumento de 62,6 mil toneladas (mais 5,5%). A previsão é de um total de 1,2 milhão de toneladas em comparação com 1,1 milhão de t da safra anterior, apesar da queda na área plantada. O feijão tem, ainda, outras duas safras ao longo do ano: a segunda safra está estimada em 1,26 milhão de t (mais 11,6% ante 2014/15, que foi de 1,25 milhão de t). A terceira safra está projetada em 853,1 mil t, alta de 0,1% ante 2014/15 (840,2 mil t).

No caso do arroz, há expectativa de queda de 10,2% na produção, em virtude de uma área menor de plantio e a adversidades climáticas no Sul do País. As 12,4 milhões de toneladas de 2014/2015 caíram para 11,2 milhões.

Área. O plantio total na safra 2015/16 cresceu 0,8% em relação à safra anterior e deve alcançar 58,39 milhões de hectares. O aumento é de 464,4 mil hectares sobre as 57,93 milhões anteriores. A soja garante mais de 56% da área cultivada do País, com previsão de crescer 3,2% (1 milhão de hectares a mais), para 33,13 milhões de hectares.

A área com milho primeira safra apresenta redução de 9,2% (563,3 mil hectares), a ser ocupada com o plantio de soja. Para a segunda safra de milho a expectativa é de aumento de 3,7% na área (351,3 mil hectares), totalizando 9,90 milhões de hectares.

Novos rumos do licenciamento ambiental. Renata Piazzon – Valor Econômico. 07/04/2016.

Os Ministérios Públicos Federal e Estadual convocaram audiência pública para discutir as propostas que pretendem definir os novos rumos do processo de licenciamento ambiental no Brasil. O debate se deu em torno dos Projetos de Lei do Senado Federal (PL 654/2015), da Câmara dos Deputados (PL 3.729/2004) e da proposta da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) que revoga as resoluções do Conama que regulamentam o licenciamento ambiental no país.

Convém destacar as pretendidas inovações do PL 654/2015, projeto de lei de maior polêmica que propõe o licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos ao país, tais como sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário, portos e instalações portuárias, energia e telecomunicações.

Sob a premissa de que a morosidade do licenciamento ambiental é a vilã dos investimentos, o PL estabelece um rito uno, com a emissão de uma licença ambiental integrada, aos empreendimentos de infraestrutura a serem indicados por decreto do Poder Executivo, em substituição ao licenciamento ambiental trifásico (Licenças Prévia, de Instalação e de Operação).

A exclusão de etapas essenciais ao licenciamento poderá aumentar o questionamento de processos na via judicial

Caso aprovado, o processo de licenciamento deverá ser concluído em até sete meses, contados da solicitação da licença pelo empreendedor, o que implica a obediência de

prazos exíguos, dentre eles, o de dez dias para definição de comitê responsável pelo licenciamento do empreendimento e o de 60 dias para apresentação dos estudos ambientais necessários à implantação do projeto.

Vale lembrar que o EIA/Rima - estudo normalmente exigido aos projetos de infraestrutura elencados no PL - leva em média de seis meses a um ano para ser concluído, sem contar as audiências públicas necessárias para que sejam prestados quaisquer esclarecimentos sobre o projeto.

Não parece viável, assim, que o mesmo estudo, que deverá ainda avaliar a sinergia dos impactos ambientais negativos de outros empreendimentos em operação ou projetados para a mesma área de influência do projeto, seja conduzido e apresentado em até dois meses. Tampouco parece haver condições institucionais para que os órgãos ambientais concedam parecer técnico quanto à concessão da licença ambiental integrada dentro dos novos prazos.

Importa mencionar, ainda, o risco de o EIA/Rima deixar de contemplar avaliações essenciais à instalação do projeto, o que poderia suscitar questionamentos do processo de licenciamento ambiental por terceiros, incluindo Ministério Público, não sendo atingida a celeridade apontada como principal objetivo do PL.

O PL cria ainda a figura do licenciamento tácito ao estabelecer que os órgãos intervenientes que queiram participar do comitê criado para licenciar novos projetos, tais como Funai, Iphan e ICMBio, devem se manifestar em até cinco dias da constituição do comitê. O descumprimento de tal prazo implicaria em consentimento ao processo de licenciamento ambiental especial.

Igualmente, não parece haver condições institucionais para o cumprimento do novo prazo, o que pode resultar na ausência de participação de órgãos essenciais ao processo de licenciamento ambiental.

Alguns pontos da proposta da Abema, que agrega os órgãos ambientais estaduais, também merecem destaque. O primeiro se refere à inexistência de critérios para o enquadramento do projeto a ser licenciado em uma das quatro modalidades previstas na minuta de resolução: licenciamento trifásico, unificado, por adesão e compromisso ou por registro.

Nesse caso, a excessiva discricionariedade transferida da União aos órgãos estaduais, inclusive com possibilidade de redução de etapas de licenciamento em projetos de significativo impacto, poderia agravar a discrepância entre as regulamentações estaduais, com possibilidade de facilitação de investimentos em determinados Estados em detrimento de outros.

O segundo surge da ausência de menção a fases até então consideradas imprescindíveis ao licenciamento ambiental, tal como a audiência pública, bem como da exclusão de determinadas atividades passíveis de licenciamento, como é o caso do parcelamento do solo, da implantação de distritos industriais e da transmissão de energia elétrica.

Ora, é notório que o sistema de licenciamento ambiental no Brasil carece de reforma e que deve ser garantida a sua celeridade, a fim de promover o desenvolvimento sustentável do país. Entretanto, a redução desmedida de prazos para a condução de estudos, bem como a exclusão de etapas essenciais ao licenciamento anteriormente previstas, pode aumentar o questionamento dos processos pela via judicial, já que determinadas avaliações poderão deixar de ser contempladas dentro dos novos prazos.

Frise-se que o licenciamento ambiental é o principal instrumento de controle da degradação ambiental e da prevenção de desastres. Para tanto, é preciso que os diversos atores - órgãos ambientais, Ministérios Públicos, sociedade civil - trabalhem para a construção de um novo marco que garanta um licenciamento ambiental célere e eficaz, sem olvidar a prevenção e o monitoramento dos impactos decorrentes da implantação de atividades potencialmente poluidoras no país.

Renata Piazzon é especialista em direito ambiental do Lobo & de Rizzo Advogados e professora da PUC-SP

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Embrapa receberá R\$ 33 milhões para pesquisa em sustentabilidade na Amazônia.
Cláudia Lafetá – MAPA. 07/04/2016.

Recursos poderão ser usados em projetos como recuperação de áreas degradadas

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) receberá R\$ 33,69 milhões do Fundo Amazônia, através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). A verba será destinada a projetos de pesquisa para recuperação, conservação e uso sustentável da Amazônia. O dinheiro provém da Noruega – que tem sido nos últimos anos o doador do Fundo da Amazônia.

“A Noruega foi a primeira que apostou e chegou com dinheiro. Lá fora, não nos estimulavam com recursos. E os noruegueses vieram quando ninguém acreditava no Brasil”, disse a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

O acordo de cooperação técnica foi assinado entre a Embrapa e o BNDES, nesta quinta-feira (7), na sede do ministério da Agricultura, em Brasília. A ministra Izabella Teixeira também participou da cerimônia. “O governo da Noruega acreditou numa ideia, quase dez anos atrás, de que deveria apoiar o Brasil na meta de acabar com o desmatamento”. Segundo Izabella, produção e preservação ambiental podem andar juntas. “Não há impedimento para se produzir um alimento sustentável, com agricultura de baixa emissão de carbono e proteção ao meio ambiente”, ressalta.

O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, destacou o trabalho da pesquisa científica na Amazônia. “É a ciência promovendo suporte e apoio às políticas públicas dessa região tão importante para o Brasil, inclusão produtiva, redução de pobreza, inovação e avanços pelo conhecimento”. Os projetos serão desenvolvidos por doze unidades da Embrapa: Amapá, Pesca e Aquicultura, Meio Norte, Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Rondônia, Agrosilvipastoril, Cocais, Monitoramento, Meio Ambiente, Roraima e Acre.

O acordo responde a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na 12ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-12), porque apresenta soluções tecnológicas para questões como a redução das emissões de gases do efeito estufa.

O Fundo Amazônia foi criado dentro de um mecanismo bilateral chamado Redd+. Através dele, os países que evitam emissões de gases de efeito estufa por desmatamento recebem recompensas de países desenvolvidos. Por sua vez, os países que contribuem

financeiramente se tornam elegíveis para abater de sua conta de emissões o carbono que armazenado na floresta protegida.

Programa monitora retorno de abelhas em áreas de recuperação florestal. Bettina Barros – Valor Econômico. 08/04/2016.

Ninguém tem dúvidas de que ocorre uma perda de biodiversidade quando uma floresta é desmatada. Mas poucos sabem com precisão qual é o caminho de volta dos animais quando uma mata é restaurada — em quanto tempo eles retornam e em que quantidades, por exemplo. Um monitoramento realizado entre associados da Coopercitrus e a Fundação Espaço ECO, ligada à Basf, agora joga um pouco mais de luz sobre o tema. E sobre uma categoria da fauna que muito lhes interessa: as abelhas.

Durante um ano, pesquisadores dedicaram-se ao trabalho de coletar informações de campo em três propriedades rurais no interior de São Paulo e identificaram a presença de 52 espécies de abelhas e 178 espécies de pássaros.

O número é considerado expressivo visto que existem cerca de 750 espécies de abelhas em todo o Estado, e sugere o potencial de retorno dos polinizadores quando grandes áreas de mata voltarem à paisagem do campo paulista. Neste primeiro levantamento, o raio de áreas recuperadas foi limitado — apenas 31 hectares, no total.

Segundo o levantamento, praticamente todas as abelhas são nativas da região. A exceção foi a detecção da espécie europeia *Apis mellifera*.

“A recuperação da vegetação em áreas restauradas já é bastante acompanhada, mas por diversos motivos o mesmo não ocorre para os insetos”, disse ao Valor Tiago Egidio Barreto, coordenador de conservação ambiental da Fundação Espaço ECO. “Ficamos impressionados com a quantidade de abelhas que identificamos”.

A intenção é publicar um estudo científico a partir deste trabalho e estendê-lo a outras áreas em processo de restauração do programa “Mata Viva”, desenvolvido pela Basf. Como um todo, o programa abrange 242 propriedades rurais em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás. Até agora, 67,8 mil hectares de terra foram “diagnosticados” e 672 hectares restaurados com 1,1 milhão de mudas.

O monitoramento do retorno das abelhas é especialmente importante dado que elas são os principais polinizadores da agricultura. Em algumas culturas, como a da maçã, são cruciais na determinação de uma safra boa ou a sua quebra. Na Califórnia, cerca de 75% das lavouras de produção dependem das abelhas para a polinização.

Há alguns anos, no entanto, a população mundial de abelhas vem caindo de forma drástica, com prejuízos bilionários a produtores. O “sumiço” é atribuído por muitos especialistas ao fenômeno chamado síndrome do desaparecimento das abelhas — ou colony collapse disorder (CCD), em inglês.

Muitas hipóteses são estudadas para o desaparecimento maciço de abelhas, como a mudança no clima e, mais fortemente, ao uso de alguns agrotóxicos.

Em janeiro, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) afirmou que uma análise preliminar indicou que um princípio ativo utilizado em inseticidas — a imidacloprida — coloca em risco a saúde de abelhas. A imidacloprida pertence à família química dos neonicotinóides, os mais difundidos na agricultura desde o início dos anos 1990.

A União Europeia também se manifestou sobre o assunto, proibindo o uso de alguns inseticidas.

A indústria química argumenta que a culpa pode ser de outros fatores como parasitas, vírus, o clima e a perda do habitat natural.

Doação de feijão atinge 11,8 mil toneladas e beneficia mil prefeituras no país. CONAB. 11/04/2016.

Mil municípios de 22 estados brasileiros foram beneficiados com a doação de 11,8 mil toneladas de feijão dos estoques públicos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) desde o começo da operação, em julho de 2015. O produto destina-se a entidades e organizações como restaurantes comunitários, cozinhas populares e ainda para a rede pública de saúde, educação e segurança.

Além das 11,8 mil t já retiradas pelas prefeituras, outras 1,7 mil toneladas do produto estão reservadas para doação.

Vale ressaltar que as prefeituras solicitantes do alimento precisam retirar o produto respeitando o prazo determinado, que é de 45 dias úteis em média, começando a contar a partir da emissão de autorização de Doação de Feijão (ADF). Caso o feijão não seja retirado, o município perde o direito e o produto volta para o estoque da Companhia.

A doação do feijão foi autorizada pelo Decreto nº 8.481, publicado em julho de 2015. Não há possibilidade de novos pedidos de doação, uma vez que todo o estoque de feijão destinado ao atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar já está comprometido.

Carbon Trust busca US\$ 100 milhões para pecuária sustentável. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 12/04/2016.

Com o apoio da Embaixada Britânica, a consultoria Carbon Trust, entidade criada em 2001 no Reino Unido com o objetivo de 'acelerar' a transição para uma economia de baixo carbono, apresentará hoje o projeto com o qual pretende angariar cerca de US\$ 100 milhões para reduzir as emissões de gases de efeito estufa da pecuária nacional.

A iniciativa, que será lançada em São Paulo, contará com a participação dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, afirmou o gerente-geral da Carbon Trust no Brasil, João Lampreia. Segundo ele, representantes das duas Pastas firmarão memorandos de entendimentos com o Embaixada Britânica, que financiou a idealização do projeto.

A partir do anúncio, a Carbon Trust começará a busca por recursos junto a fundos internacionais, tais como o Green Climate Fund e o Internacional Climate Fund. A expectativa de Lampreia é que, em meados de 2017, a Carbon Trust já possua os recursos para dar início efetivo ao projeto.

Na prática, os US\$ 100 milhões a serem obtidos com fundos internacionais serão emprestados a juros baixos para que os pecuaristas modernizem os sistemas de produção, tornando-os mais sustentáveis. Segundo Lampreia, não há um modelo fechado para os empréstimos, mas a hipótese mais provável conta com a participação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que receberia os

recursos dos fundos para então repassar aos bancos brasileiros e, finalmente, aos pecuaristas.

O montante a ser investido no projeto poderá superar os cerca de US\$ 100 milhões que a entidade buscará com os fundos internacionais, disse o executivo. Pelos cálculos do Carbon Trust, para cada US\$ 1 investido, outro US\$ 1,4 será alavancado para projetos como esse. Se essa estimativa se confirmar, seriam acrescidos outros US\$ 140 milhões.

Com prazo de implementação de cinco anos, o projeto prevê que 200 mil hectares de pastos degradados sejam recuperados e que haja uma redução de 16 milhões de toneladas em equivalente de dióxido de carbono (CO₂). O público-alvo do projeto está na região norte de Mato Grosso, no "cinturão do desmatamento".

Parques aquícolas de Cana Brava, em Goiás, recebem licença ambiental. MAPA. 12/04/2016.

Oito autorizações foram concedidas para a criação de quatro espécies de peixe

A pedido da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o governo de Goiás emitiu licença ambiental simplificada para a criação de tilápia do Nilo, tambaqui, piauçu e pacu nos Parques Aquícolas do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Cana Brava, na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins, na região do município de Minaçu, no norte goiano.

“Trata-se de um marco histórico. Depois de anos de expectativa do setor, essa medida do governo de Goiás servirá de base para os licenciamentos em toda bacia Hidrográfica do Araguais-Tocantins”, diz o diretor de Aquicultura do Mapa, Cleberson Carneiro Zavaski.

De acordo com ele, a medida deve impulsionar a piscicultura no estado, principalmente a criação de tilápia. A expectativa é que empresas de produção de alevinos, indústrias de equipamentos e frigoríficos venham a se instalar na região. Segundo ele, esses investimentos têm potencial para gerar mais de 2.350 empregos, com movimentação anual estimada em R\$ 1 bilhão.

A licença ambiental simplificada para a aquicultura nos Parques Aquícolas do Reservatório da UHE Cana Brava foi concedida pela Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do estado de Goiás. O projeto de aquicultura deverá empregar o sistema de cultivo intensivo, por meio de piscicultura em tanques-rede em parques aquícolas licitados em anos anteriores.

Entre as exigências do governo de Goiás para liberar a aquicultura no local, está a adoção de medidas de conservação da flora, fauna e água. As atividades que vierem a ser desenvolvidas também não poderão causar problemas ambientais ou a terceiros dentro e fora do parque aquícola. Além disso, o projeto deve respeitar as faixas de áreas de preservação permanente estabelecidas pelas leis florestais estadual e federal.

Os reservatórios de Cana-Brava e o de Serra da Mesa, também em Goiás, são federais. Somente o governo federal pode autorizar a implantação de projetos aquícolas nas águas da União, mediante cessão delas para aquicultura.

Irrigação automatizada de baixo custo. CNA. 12/04/2016.

Alunos do curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária do Instituto Federal do Ceará, campus Quixadá, desenvolveram um sistema de irrigação automatizada de baixo custo. O novo sistema foi implantado na estufa de produção de mudas para reflorestamento da Caatinga, em viveiro construído no âmbito do Projeto Biomas, realizado pela parceria entre CNA e Embrapa.

Este sistema se destaca, dentre outros fatores, pela economia de água e energia elétrica, custo bastante acessível, eficiência no crescimento das mudas e a autonomia na irrigação, depois de executado as configurações desejadas. O sistema surgiu com o intuito de minimizar a perda de mudas provocada pelo antigo sistema, que fazia uso de irrigação por micro aspersores localizados no teto da estufa, que pela altura e vazões elevadas, conferiam às gotas grande quantidade de energia cinética, que acabavam matando as plantas mais frágeis e desperdiçando água, como também a falta de irrigação que ocorria nos fins de semana, pela ausência de um operador nestes dias.

Inicialmente foi realizado um estudo da área disponível e das necessidades hídricas das espécies plantadas no viveiro, com isso foi possível estabelecer o dimensionamento hidráulico, referente aos diâmetros e melhor arranjo das tubulações, potência das bombas e o método de aplicação de água, que neste caso foi escolhido os nebulizadores, por aliarem economia de água e uniformidade na irrigação. Todo o monitoramento e controle da irrigação é feita por um microcontrolador, que utiliza um algoritmo desenvolvido exclusivamente para esta aplicação, no qual o usuário pode realizar configurações através de uma interface, que conta com uma tela LCD e um receptor infra-vermelho para controle remoto. O usuário pode configurar os setores em que a irrigação deve ser ativada, os horários e a vazão desejada através do acionamento de duas bombas e sete válvulas solenóides. Também há um sensor ultra-sônico que verifica o volume de água disponível no reservatório e caso detecte um volume crítico desliga automaticamente o sistema, evitando que as bombas sejam danificadas.

Foi observado que, com o novo sistema de irrigação, a germinação e o desenvolvimento das mudas estão bem melhores, a economia de água é de aproximadamente 65%, e o valor gasto foi 70% menor, se comparado aos modelos que são comercializados e tem um nível de automação bem mais rudimentar. Os estudantes ainda afirmam que esta tecnologia pode, com apenas alguns ajustes, ser adaptada para a agricultura familiar, levando tecnologia de baixo custo e elevado desempenho ao homem do campo, algo que é de grande importância para o aumento da produtividade, mesmo com baixa disponibilidade de água.

Sobre o clima semiárido da Caatinga
O clima semiárido está presente em grande parte da região nordeste. É caracterizado por elevadas temperaturas, baixas pluviometrias, além de sua concentração em apenas alguns meses do ano. Somado a isso, esta região tem enfrentado uma seqüência de anos em que as chuvas foram abaixo da média histórica, comprometendo o nível dos reservatórios, implicando diretamente na segurança do abastecimento humano e na base econômica da maioria dos municípios que é a agricultura e a pecuária. Por esses motivos, é de extrema importância um eficiente sistema de gestão e gerenciamento de recursos hídricos, que esteja focado na correta alocação, uso eficiente e reuso da água.

Sobre o Projeto Biomas

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas brasileiros.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere.

Na Caatinga, o projeto conta com a parceria das seguintes instituições: Embrapa Caprinos e Ovinos, Embrapa Semiárido, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará / Campus Quixadá, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, Administração Regional do SENAR Ceará e sindicatos rurais da região.

CSN assina termo de conduta de R\$ 178 milhões para adequação ambiental. Rodrigo Rocha e Juliana Machado - Valor Econômico. 13/04/2016.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) firmou ontem, terça-feira, termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) do Rio de Janeiro, no qual a companhia se compromete a investir R\$ 178 milhões para promover adequações ambientais na usina Presidente Vargas.

Segundo o Inea, o documento estabelece que as adequações na Presidente Vargas devem estar concluídas até setembro de 2017. Além disso, o termo também obriga a siderúrgica a implantar um plano de ação com as 15 obrigações que não foram honradas dos 46 itens previstos no termo firmado anteriormente. O Inea executou na quinta-feira, dia 7, a garantia bancária, no valor de R\$ 13 milhões, em razão do descumprimento do TAC anterior.

Entre as obrigações previstas no termo estão obras e serviços relacionados a controle de efluentes líquidos, águas pluviais, emissões atmosféricas, disposição adequada de

resíduos, riscos potenciais e ruídos. Também está previsto o pagamento de multas no valor de R\$ 16 milhões e mais R\$ 6 milhões como medidas compensatórias, que serão aplicadas em projetos socioambientais em Volta Redonda e Barra Mansa.

A siderúrgica também deverá elaborar e implantar, de acordo com o documento, um plano de monitoramento do Rio Paraíba do Sul nos pontos de lançamento de seus efluentes, com análise da qualidade da água e dos sedimentos em um prazo de 180 dias, contados da data de assinatura do TAC. Esse monitoramento deverá ter periodicidade trimestral.

A CSN deverá apresentar ainda a avaliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, com base nos resultados de estudo de dispersão atmosférica, e manter uma equipe de auditoria ambiental permanentemente.

“Com o presente acordo, a CSN reafirma o compromisso com a sustentabilidade das atividades, comunidades de Volta Redonda e região, bem como geração de valor aos acionistas, colaboradores e stakeholders”, diz a siderúrgica, em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ceagesp reorganiza ações de sustentabilidade. MAPA. 13/04/2016.

Entre os projetos da empresa, estão o banco de alimentos e o apoio a crianças e adolescentes.

As ações sustentabilidade e os programas sociais da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), estão ganhando novo impulso. O processo foi desencadeado a partir da atualização das diretrizes adotadas pela direção da estatal.

O trabalho social é desenvolvido pela Coordenadoria de Sustentabilidade (Codsu) da Ceagesp, que tem passado por um processo de reorientação das ações e dos programas executados no Entrepósito Terminal São Paulo (ETSP). A Codsu é responsável pela gestão dos projetos como o Banco Ceagesp de Alimentos (BCA), a Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma e o Projeto Eco Gira Mundo.

À frente da Codsu, o economista Jae Young Ahn tem uma rotina de reuniões para compreender as iniciativas em andamento. “Temos várias ideias em gestação e nosso objetivo é procurar viabilizá-las a partir das linhas gerais definidas pela nova presidência, que entende a importância desse setor no contexto de uma companhia do porte da Ceagesp.”

Novos tempos

Uma das metas em elaboração é a redefinição do Projeto Eco Gira Mundo. Segundo a Codsu, a iniciativa será impulsionada. À oficina de marcenaria, que voltará a funcionar, haverá a criação de cursos profissionalizantes destinados à reciclagem de materiais, como os pallets, que são descartados no entreposto paulistano.

“Queremos montar mesas, cadeiras e armários para uso dos departamentos da empresa. Pretendemos ainda produzir bancos com os pallets, que poderão ser colocados em vários pontos do ETSP, um deles por sinal no jardim em frente ao edifício sede, onde há uma pedra comemorativa doada pelos permissionários do então CEASA [Centro Estadual de Abastecimento], por ocasião da visita, em 1967, da família real japonesa”, diz o coordenador de Sustentabilidade.

Em relação à Nossa Turma, que funciona como creche e também oferece atividades culturais, de saúde e de segurança alimentar, além de jogos esportivos a jovens e famílias carentes do entorno do ETSP, a intenção é incentivar a doação de créditos de cadastramento da nota fiscal paulista em prol do projeto.

A Codsu também pretende criar um espaço cultural, que contará com biblioteca, sala de estudos e para apresentações artísticas. No caso dos livros, a finalidade será reativar a consulta e o empréstimo de obras para os funcionários, inclusive com a montagem de um acervo específico da área, distribuído em estantes sustentáveis.

Responsabilidade

Uma das principais ações de responsabilidade social promovidas no entreposto da capital, o Banco Ceagesp de Alimentos também tem passado por uma ampla reformulação.

Está em andamento a melhoria da infraestrutura das instalações do serviço, que se tornou parada obrigatória para as visitas monitoradas realizadas. Haverá ainda o incremento de atividades como a produção de alimentos desidratados.

O BCA é um dos principais braços sociais da Ceagesp, que distribui em média 166 toneladas de alimentos por mês para mais de 160 instituições de São Paulo.

Conab contrata frete para distribuição de alimentos a indígenas. CONAB. 13/04/2016.

No próximo dia 20, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) irá realizar leilão para contratar frete para remoção de 476,5 mil quilos de produtos alimentícios. Os alimentos serão destinados à formação de cestas para indígenas dos estados do PA, SP, RO, SC, RS e MT.

Os produtos estão armazenados em diferentes unidades da Conab e devem ser entregues em postos da Fundação Nacional do Índio (Funai) ou nas próprias aldeias. A operação está detalhada no aviso 64, e relaciona os locais de entrega da mercadoria, a quantidade, garantias e exigências para os participantes. O documento pode ser acessado no site da Companhia.

Os produtos que fazem parte da cestas são arroz, feijão, açúcar, leite em pó, farinha de mandioca, óleo, fubá ou flocos de milho e macarrão e estão estocados em unidades de armazenagem da Conab em alguns estados. Os recursos para a operação são do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Como semear a inovação. Mário Von Zuben - Valor Econômico. 14/04/2016.

Nos últimos meses de 2015, quando ainda estava em busca de votos, o presidente eleito de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, escolheu como símbolo de sua campanha a também lusitana Maria Pereira, de 30 anos de idade, considerada pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), dos Estados Unidos, um dos 35 pesquisadores com menos de 35 anos mais inovadores em 2014. A pesquisadora

desenvolveu uma supercola biológica que pode revolucionar cirurgias cardíacas em recém-nascidos, ao substituir os pontos e adaptar-se ao organismo conforme a criança cresce.

Ao vincular a imagem da pesquisadora à sua, Rebelo de Sousa quis mostrar a seus compatriotas a importância para o desenvolvimento quando o país investe de forma decisiva em educação e ciência. Decerto, o novo presidente português não venceu o pleito apenas pelo exemplo de Maria Pereira. No entanto, sua escolha aquilata o papel da inovação não somente para os europeus, e sim para qualquer nação interessada em proporcionar um futuro melhor a seus conterrâneos.

No Brasil, o entusiasmo com a inovação parece estar em caminho oposto. Em que pesem os esforços de empresas e instituições dedicadas a promover as áreas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), os indicadores internacionais que medem a evolução dos países nessa área têm classificado o Brasil em posições ano a ano piores.

Ao perder o ímpeto para a inovação, o Brasil reduz suas chances de superar as

dificuldades econômicas

Um dos mais respeitados é o Índice Global de Inovação, organizado pela Universidade Cornell, de Nova York, nos Estados Unidos, pela Insead, escola francesa de pós-graduação em negócios, e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Wipo, na sigla em inglês). Esse estudo mostra os mercados que mais se destacaram na promoção de um ambiente favorável à inovação.

Na edição de 2015, o Brasil ficou na 70ª colocação, numa amostra de 141 países. Isso representou uma queda de nove posições em relação ao ranking de 2014. A pesquisa analisou indicadores relacionados à inovação, política, economia e a outros fatores importantes para o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços.

Nas primeiras colocações do ranking, ocupadas por países desenvolvidos, praticamente não houve mudança. No primeiro lugar, ficou a Suíça (também primeira em 2014). Em segundo aparece o Reino Unido (mesma posição de 2014). Em terceiro, a Suécia (tal

qual em 2014). No quarto lugar, a Holanda (quinta em 2014). E na quinta posição figuram os Estados Unidos (sexto colocado em 2014).

O estudo também perscrutou os países pelo índice de eficiência, destacando os que promoveram um ambiente em prol da inovação com menos recursos, bem como os que apresentam potencial inovativo e não conseguiram desenvolvê-lo com sucesso. Nesse índice de eficiência, o Brasil ficou na 99ª colocação.

Moçambique, bem mais pobre que o Brasil, subiu doze posições - foi da 107ª posição em 2014 para a 95ª no ranking geral -, registrou melhorias nas áreas de capital humano, sofisticação econômica e produção de tecnologia do conhecimento.

O Brasil também continua perdendo terreno em inovação em relação a outros países em outro índice recém-divulgado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual, como registrou o **Valor** em sua edição de 17 de março último. O número de demandas brasileiras de patentes internacionais caiu 5,7% no ano passado, para 547. O declínio acumulado nessas demandas em dois anos chega a 16,74%, com menos empresas investindo em inovação.

Em comparação, o México aumentou em 12,7% os pedidos de patentes em 2015, depois de alta de 21,9% no ano anterior. "As cifras sobre demandas de patentes são um bom indicador da atividade e da geografia da inovação", declarou Francis Garry, diretor-geral da Wipo. A situação brasileira vai na contramão da tendência mundial. A Wipo nota que 2015 foi marcado por um forte aumento do número de demandas de patentes em escala global, com alta de 1,7%. No caso brasileiro, o setor que mais pediu registro de patentes foi o de tecnologias médicas, com 7,3% do total, segundo a entidade. Os Estados Unidos mantêm a liderança, com 44.235 pedidos de registro de patentes. Mas o aumento global no período ocorreu principalmente por causa da China, que atingiu 29.846 novos pedidos.

Outro levantamento feito pela consultoria Strategy& (antiga Booz & Company) leva em consideração os gastos com P&D das mil maiores empresas de capital aberto do mundo. A edição de 2015, organizada com informações de balanços de 2014, constata que o Brasil perdeu duas empresas na lista das companhias que mais inovam no mundo, voltando a ter apenas seis representantes. Essas aplicaram, em conjunto, US\$ 2,3 bilhões em P&D em 2014, uma queda de 13,5% em relação a 2013.

As perspectivas apontam tempos de desafio. Premido pela necessidade de recursos, o governo federal suspendeu uma série de incentivos tributários na medida provisória que instituiu o ajuste fiscal no fim do ano passado e entrou em vigor no começo deste. Entre eles, os incluídos na chamada Lei do Bem, que permitia que investimentos aplicados em P&D e inovação fossem deduzidos de uma série de impostos.

Mais do que perder posições em rankings de inovação, com tais recuos o país reduz suas chances de superar as dificuldades econômicas. Como escreveu recentemente o economista Cláudio de Moura Castro: "A ciência é uma planta frágil. Não pega de galho nem de sementes lançadas a esmo. Requer muito desvelo para prosperar e voltas frequentes às grandes matrizes produtivas, de onde brotam as ideias mais férteis".

Mário Von Zuben é engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios, pela Universidade de Calgary, Canadá e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal.

Seminário apresenta proposta de projeto de lei sobre o uso do solo e da água no meio rural. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 14/04/2016.

Texto foi elaborado pelos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Integração Nacional

Para regulamentar as práticas de manejo de solo e o uso de recursos hídricos, representantes do governo federal apresentaram proposta de projeto de lei que institui a Política Nacional de Conservação do Solo e da Água no Meio Rural. A sugestão foi apresentada durante seminário, nesta quinta-feira (14), na Escola Nacional de Gestão Agropecuário (Enagro), em Brasília. O evento faz parte das atividades do Dia Nacional da Conservação do Solo, comemorado nesta sexta-feira (15).

A proposta prevê, por exemplo, o mapeamento do solo, a criação de uma base de dados e a capacitação de técnicos e de produtores rurais para a difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de prevenir e controlar os processos erosivos e outras formas de degradação.

“A sociedade precisa conhecer o valor do solo e tratá-lo de forma adequada. O desafio é fazer o seu mapeamento em escalas compatíveis com as necessidades de cada região e dar assistência apropriada ao produtor”, disse Maurício Carvalho de Oliveira, chefe da Divisão de Agricultura Conservacionista do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A proposta do projeto de lei foi elaborada por um grupo de técnicos do Mapa, Agência Nacional de Água (ANA) e ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. O texto deverá ser enviado aos ministros da área e depois apresentada à Casa Civil.

Segundo o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Gustavo Chianca, há estimativas de que 33% do solo no mundo estão em situação de risco. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, com uma área agricultável de 242 milhões de hectares. Além disso, tem 12% da reserva mundial de água doce.

Um dos desafios da sociedade brasileira é harmonizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção e o equilíbrio ambiental. O uso e o manejo adequados dos recursos naturais são fundamentais para assegurar a estabilidade ambiental, a melhoria da produtividade e da renda das atividades agropecuárias, com benefícios diretos e indiretos para o produtor rural e a sociedade.

O Dia Nacional da Conservação do Solo é uma homenagem ao nascimento de Hugh Hammond, em 1881. Ele é considerado pioneiro na conservação do solo nos Estados Unidos. A data foi instituída por iniciativa do Mapa, em 13 de novembro de 1989 (Lei 7.876), com o objetivo de aprofundar os debates sobre a importância do solo como um dos fatores básicos da produção agropecuária.

'Startups' criam hortas hiperlocais e em telhados usando alta tecnologia. Ruth Simon – Valor Econômico. 15/04/2016.

Nos últimos anos, uma leva de empresas surgiu nos Estados Unidos para cultivar hortas em telhados urbanos ou transformar antigas fábricas em fazendas modernas. Mas a

missão dessas "startups" de plantar hortaliças de forma hiperlocal está enfrentando uma realidade de negócios desafiadora.

A BrightFarms Inc. cancelou o projeto de uma estufa em Washington no ano passado, dez meses após ter iniciado o processo de obtenção de alvarás e licenças. Antes, ela tinha optado por abandonar um projeto para desenvolver uma fazenda numa cobertura do Brooklyn, em Nova York. A FarmedHere LLC, que opera uma fazenda numa antiga fábrica de caixas na região de Chicago, fechou as portas por seis meses em agosto para reformular sua estratégia.

A construção de parques agrícolas em coberturas de prédios urbanos é "um esforço tolo" por causa dos custos mais elevados e o tempo adicional necessário para conseguir licenças, diz Paul Lightfoot, diretor-presidente da BrightFarms. A empresa, que já captou mais de US\$ 25 milhões de investidores e outros US\$ 15 milhões em financiamentos de projetos, está se concentrando agora na produção de hortifrúteis em estufas situadas fora dos centros urbanos.

"Você ganharia escala muito lentamente e desperdiçaria o dinheiro dos investidores", diz Lightfoot sobre os projetos urbanos. O custo para a instalação da estufa em Washington, teria sido quase 20% maior que o de uma estufa de US\$ 8,5 milhões que a empresa decidiu construir no interior do Estado de Virginia.

As startups agrícolas com fins lucrativos e financiadas com investimentos de capital de risco estão tentando reformular a agricultura ao produzir culturas como verduras e ervas nas grandes cidades ou perto delas. A ideia é que as fazendas urbanas podem suprir hortaliças o ano todo, com menos desperdício e menor custo de transporte em relação aos cultivos em solo de fazendas longínquas.

Esse tipo de empreendimento é muito diferente das hortas comunitárias em terrenos baldios que são normalmente associadas à agricultura urbana. A Gotham Greens Farms LLC, que captou cerca de US\$ 30 milhões, informa que vende hoje mais de 20 milhões de pés de alface e outras hortaliças por ano para restaurantes, empresas de serviços de alimentação e varejistas de alimentos orgânicos. Criada em 2009, a empresa opera quatro estufas em coberturas.

O cultivo em espaços fechados com o uso de tecnologia de ponta pode exigir milhões de dólares em investimentos e uma mistura sofisticada de fitotecnia, conhecimento sobre

fertilizantes, além de uma iluminação cara e sensores para monitorar a temperatura, umidade e outras condições.

"É realmente uma questão de tecnologia", diz David Rosenberg, diretor-presidente da AeroFarms LLC, empresa de Newark, New Jersey, que atualmente opera três fazendas interiores: uma comercial, uma de pesquisa e desenvolvimento e outra numa escola. A AeroFarms informa que já captou mais de US\$ 70 milhões em financiamentos. A empresa ainda não é rentável, mas espera que cada uma de suas fazendas registre um fluxo de caixa positivo no primeiro ano.

A FarmedHere, que reiniciou suas operações em fevereiro, abandonou um modelo de produção hidropônica que dependia de uma fazenda de tilápias para produzir os fertilizantes de que necessita para cultivar alface, manjericão e outras verduras. Agora, a empresa, que já captou US\$ 13 milhões, usa fertilizantes orgânicos derivados de plantas.

A hidroponia "soa muito elegante", diz Nate Laurell, seu líder. Mas "utilizar nutrientes orgânicos é um processo muito mais simples que gerenciar cardumes de peixes e toda a biologia e química" envolvidas. Ele diz que a mudança também vai reduzir o custo total de cultivo em 30%.

A maioria das startups produz alface e ervas que têm ciclos de crescimento curtos e prosperam em ambientes controlados. A Edenworks, do Brooklyn, informa que pode produzir muitas variedades de alface em sua fazenda coberta num ciclo de 18 a 21 dias, ante 28 a 35 dias no caso das mesmas plantas cultivadas no campo.

"Estamos obtendo um ganho por unidade melhor que um agricultor com 400 hectares na Califórnia", diz o diretor-presidente da Edenworks, Jason Green, notando que um menor ciclo de cultivo e uma operação que produz os 12 meses do ano permite à startup gerar safras com mais frequência que as fazendas tradicionais. Ao se instalar próxima aos consumidores, a empresa também reduz os custos de transporte e armazenamento, diz.

Ainda assim, o aspecto econômico é um desafio. Em um segundo local que ainda não começou a construir, a Edenworks planeja cortar os custos com mão de obra em mais de 50% ao automatizar os processos de semeadura, colheita, lavagem, secagem, embalagem e rotulagem. O negócio não seria viável "se não fizessemos isso", diz Green.

O sabor também é um desafio. Participantes da indústria discordam sobre qual combinação de fertilizantes, iluminação e método de cultivo produz as verduras mais saborosas com o menor custo. Algumas startups operam estufas, enquanto outras empilham plantas em bandejas nas chamadas fazendas verticais, que dependem de sistemas de iluminação, em vez da luz solar.

"É mais difícil para os produtores hidropônicos alcançar o mesmo sabor dos produtos e ervas cultivados no solo", diz Elly Truesdell, compradora da rede de supermercados Whole Foods, que compra a produção de vários agricultores que usam alta tecnologia. Na agricultura hidropônica, as plantas são cultivadas em água rica em nutrientes.

O diretor-presidente da Gotham Greens, Viraj Puri, diz que a empresa teve que provar dezenas de variedades de couve antes de escolher uma que prosperaria em suas estufas sem ficar amarga. A firma também teve dificuldade para achar uma variedade de alface que não florescesse - algo que dá à planta um sabor amargo acentuado - justo antes da colheita.

"As plantas não são programas de computador", diz Puri. "Há um monte de variáveis dependentes."

O Brasil ainda gatinha nos projetos de fazendas urbanas, mas há sinais de que o setor pode ser um terreno fértil para startups. Um deles é o projeto de horta urbana do Shopping Eldorado, em São Paulo. Iniciado em 2012, o projeto de compostagem ocupa uma área de 3 mil metros na cobertura do shopping, mesclando os 600 quilos de lixo orgânico produzidos diariamente pelos restaurantes da praça de alimentação com duas enzimas para transformá-lo em adubo, o qual é usado no cultivo de vários tipos de hortifrúteis, ervas e flores, segundo a assessoria de imprensa do shopping. Só na última colheita, a horta produziu 3 mil pés de alface, 300 quilos de berinjela, 200 quilos de abobrinha e 100 quilos de pimentão, entre outros. Tudo é consumido por funcionários do shopping.

(Colaborou Di Pinheiro.)

STF pode julgar constitucionalidade do Código Florestal em dois meses. Renata Mariz - O Globo, Brasil. 19/04/2016

Críticos apontam redução da área preservada. Governo defende lei: 'equilíbrio possível'

BRASÍLIA — Para os apoiadores, uma legislação que conjuga as necessidades da agricultura e do meio ambiente possível de ser aplicada no país. Na visão dos críticos, um instrumento que amplia o desmatamento com regras piores do que as normas anteriores. Controverso desde a sanção, em 2012, o Código Florestal foi tema de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira. A Corte poderá julgar a constitucionalidade da maior parte da lei ainda neste semestre.

A audiência foi convocada pelo ministro Luiz Fux, que é relator de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra dispositivos do Código Florestal — sendo três ajuizadas pela Procuradoria Geral da República (PGR) e uma pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Mais de 20 debatedores participaram, entre pesquisadores, representantes de movimentos sociais, produtores rurais, parlamentares e representantes do governo federal. Fux afirmou que pretende apresentar o relatório e pautar o julgamento no prazo de dois meses.

Entre as principais críticas em relação às consequências da lei, estão a redução da área de preservação ambiental; a possibilidade de compensar desmates dentro do mesmo bioma, e não nos limites das microbacias (que são abrangidas por um bioma); e a anistia aos que devastaram antes de 2008. O ministro da Defesa, Aldo Rebelo, um dos relatores do código no Congresso, foi a audiência para defender, em nome do governo, a legislação:

— O Código é o equilíbrio possível entre a proteção ambiental e a proteção à agricultura. Ampliou a proteção ambiental, porque pôs em prática uma lei que será e está sendo cumprida.

‘TEM HAVIDO MUITO DESCUMPRIMENTO’

Na plateia, acompanhando a audiência, Sandra Cureau, subprocuradora-geral da República responsável pela três ações de inconstitucionalidade da PGR, criticou o

argumento de que o novo código é melhor por ser possível aplicá-lo. Ao defender a legislação anterior, ela chama atenção para o número de artigos com a constitucionalidade questionada: 58 do total de 84.

— Praticamente o código inteiro. O antigo foi substituído por um muito pior, que traz um retrocesso ambiental, sem que se saiba se este pior será cumprido — afirma Sandra.
— É melhor termos um bom código e lutarmos para que seja colocado em prática.

Comparações, estatísticas e argumentos pró e contra o Código Florestal foram apresentados ao ministro Fux ao longo das exposições. Segundo o magistrado, o tema é complexo, porque traz impactos jurídicos e sociais. Entretanto, ele prevê colocar as ações na pauta do julgamento em dois meses, “ainda neste semestre”, para pacificar a aplicação da lei pelo país:

— Tem havido muito descumprimento sob a invocação de sua constitucionalidade — observou Fux.

A professora Nurit Bensusan, da Universidade de Brasília e pesquisadora do Instituto Socioambiental, aponta como retrocesso regras do código que diminuem as áreas de preservação permanente (APPs) com exclusão de número significativo de nascentes de águas. Ela e outros debatedores criticaram também a possibilidade de se fazer recomposição de reserva legal em áreas distantes, desde que no mesmo bioma. A lei anterior determinava que fosse dentro da mesma microbacia.

— Se o proprietário não tem a reserva legal, liga numa bolsa de valores e pede áreas de compensação, que serão as áreas dos pequenos camponeses, porque são terras mais baratas — criticou Luiz Henrique Gomes de Moura, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. — Ou seja, estamos subordinando a natureza ao mercado financeiro. Quando valer pouco, pode ser mais vantajoso desmatar que compensar.

Paulo José Prudente de Fontes, representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), ressaltou diversas vezes que, ao contrário do que muitas exposições sugeriram, o código não foi feito para promover o desmatamento. Ele também rebateu as críticas de que as normas premiariam quem desmatou até 2008:

— Não tem anistia. O que existe é a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Projeto de Regularização Ambiental (PRA). O cumprimento do termo de compromisso é o que extingue a multa, que é transformada em reposição, em recuperação. Acredito que o grande programa de recuperação está nascendo com esse modelo.

DIVERGÊNCIAS SOBRE ÁREA PROTEGIDA

Debatedores relacionaram o novo código a problemas recentes como o desabastecimento de água no Sudeste e disseram que a devastação ambiental agravará tragédias como as inundações. Uma guerra de números também marcou a audiência. Enquanto o representante da Embrapa, Evaristo Eduardo de Miranda, dizia que o Brasil tem 29% de área protegida, o que torna o país “uma potência em termos de preservação”, palestrantes de entidades ligadas ao meio ambiente mostravam estatísticas menos animadoras, como redução de 72% das APPs em Mato Grosso do Sul com as novas regras, segundo mostrou a professora Nurit.

Incêndios colocam em risco águas no Sertão. Ana Lucia Azevedo. O Globo, Sociedade. 09/04/2016.

Mudanças climáticas e mau uso do solo ameaçam nascentes da Chapada Diamantina

CHAPADA DIAMANTINA - Tempos de mudança desequilibram o quinhão do Brasil onde o mandacaru cresce à beira dos cafezais e cachoeiras fazem oásis na Caatinga. Os sinais de fumaça chegaram com força no fim de 2015 com um dos piores incêndios da História na Chapada Diamantina. Alimentado por um El Niño recorde, o fogo avançou por 2016 e só foi extinto no fim de janeiro. A Chapada é conhecida como a Caixa D'Água da Bahia. Lá nascem 80% dos rios do estado, entre eles, o Paraguaçu. Este abastece três milhões de pessoas, fornece 60% da água de Salvador. Toda essa água corre risco e escasseia, à medida que se concretizam previsões sobre o impacto das mudanças climáticas na região. Para salvar as nascentes, pesquisadores e ambientalistas realizam um trabalho inédito de restauração de matas. Tentam semear água no sertão.

INFOGRÁFICO:

Seco até no nome, o Semiárido está entre as regiões mais vulneráveis do Brasil a mudanças no clima, segundo estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Inpe). O que já é naturalmente seco fica mais árido à medida que a temperatura global aumenta. Mas na Chapada Diamantina pesquisadores observam um cenário dramático, com a destruição de ecossistemas que promovem a abundância de água em pleno sertão. São sinais do Antropoceno, a era em que o homem se tornou uma força transformadora da natureza

CAFÉ GOURMET E BIODIVERSIDADE

O relevo de serras e planaltos criou um microclima único, capaz de congrega Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Juntos e misturados. O resultado é uma esponja natural de tamanho colossal, de 38 mil quilômetros quadrados, numa altitude média de 800 a mil metros acima do nível do mar. Tanta água sustenta uma área estratégica para a biodiversidade. E irriga um agropolo de onde sai o café de Piatã, entre os melhores do Brasil. Sem a água dos rios que nascem na Chapada, porém, natureza e economia perecerão.

O geógrafo Rogério Mucugê Miranda, coordenador de projetos da Conservação Internacional (CI-Brasil), explica que a maior ameaçada é a intensificação do fogo. Apagá-lo muitas vezes é impossível. Ele chega aonde o homem não alcança, fendas e escarpas íngremes inacessíveis a bombeiros e voluntários, como os da Brigada Bicho do Mato, que participa de ações de combate de focos e replantio.

— O fogo sempre fez parte da vida na Chapada Diamantina. É importante para algumas espécies do Cerrado. O problema é que a intensificação e prolongamento do período seco tornam o fogo incontrolável. Ele destrói a vegetação que protege as nascentes. E, com isso, elas secam — explica Mucugê, que tem a chapada até no nome, pois é xará do município no coração do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

Mucugê coordena o projeto da CI Semeando Águas no Paraguaçu, que já recuperou cerca de 70 hectares de matas protetoras de nascentes, outros nove hectares se perderam nos últimos incêndios.

— As nascentes das áreas queimadas ficam desprotegidas, sem condições de manter umidade, e sob risco de compactação do solo e assoreamento. Isso afeta o volume e a qualidade da água — afirma.

Nos últimos incêndios, de outubro de 2015 a janeiro deste ano, uma área equivalente a um quarto de todo o município do Rio de Janeiro foi queimada. Parte dela ainda não se recuperou, inclusive uma junto ao Rio Mucugezinho, em Lençóis, famosa por suas muitas quedas d'água e piscinas naturais douradas. Há numerosas causas de incêndio na Chapada. Podem ser naturais, como raios. Mas a maioria é causada pelo homem, seja pela prática de queimadas, para limpar pasto e plantações; ou acidentais, como uso indevido de fogareiros. Algumas são criminosas.

O biólogo Dary Rigueira, também do Semeando Águas no Paraguaçu, observa que é difícil mensurar o impacto de mudanças no clima sobre a Chapada porque faltam séries históricas de temperatura e precipitação. Sinais de mudanças, todavia, sobram. Há relatos de alterações da dinâmica de períodos de chuva e estiagem. Os períodos de chuva têm se tornado curtos e intensos, com precipitação forte concentrada em poucas semanas. Já os períodos secos e quentes estão mais amplos e severos.

O pesquisador destaca ainda o agravamento da destruição da já ameaçada Mata Atlântica. A vegetação deste bioma tem dado lugar a espécies do Cerrado e da Caatinga, mais adaptadas ao clima quente e seco. Esse tipo de alteração tem impacto direto nas nascentes. Estas são protegidas pelas matas de galeria, compostas por vegetação preponderantemente de Mata Atlântica, que retém a umidade e possibilita que o fluxo d'água seja mantido e transforme nascentes em córregos e estes em rios.

PARAGUAÇU MENINO

Nenhuma das nascentes diamantinas preocupa tanto quanto a do Paraguaçu. O rio que deságua na Baía de Todos os Santos com dimensões que lhe renderam o nome de mar grande, tradução de Paraguaçu em tupi, nasce a 614 quilômetros de distância dali. Em seu berço na localidade de Farinha Mole, no município diamantino de Barra da Estiva, ele nada mais é do que uma poça escondida em meio ao que já foi um pasto. É cercada pela floresta de galeria atlântica, dentro de uma propriedade particular. Os galhos das árvores que protegem o Paraguaçu menino se entrelaçam com as das espécies de Cerrado e Caatinga que cobrem quase todo o planalto.

— Ele nasce assim, uma pocinha. Mas leva pelo caminho toda a água da imensidão de nascentes diamantinas. É frágil demais e a maioria das pessoas nem imagina — destaca Mucugê.

O fogo destrói em minutos o que a natureza leva décadas para regenerar. Com a ajuda humana, como o trabalho dos sementeiros e plantadores de mudas que trabalham na recuperação das matas protetoras de nascentes, o prazo pode ser abreviado, mas não muito.

— São necessários pelo menos três anos para que as mudas se estabeleçam. Não há uma mata antes de 15 a 20 anos.

Erlei Santos Aguiar, da Bicho do Mato, celebra as primeiras vitórias. Há um ano, a mata à volta do berço do Paraguaçu foi calcinada. Há nove meses plantaram mudas pioneiras, no mesmo dia em que seu filho Joaquim nasceu:

— Agora já vemos os primeiros resultados. Mas sei que é uma missão para toda a vida, assim como o Joaquim.

Incra/RN discute implantação de parques de energia eólica em assentamentos. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/04/2016

A Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Norte (Incra/RN) está discutindo a implantação de parques de energia eólica em áreas da reforma agrária localizadas em regiões de ocorrência de “jazidas de ventos”. De acordo com o mapa de potencial eólico do Rio Grande do Norte – estado considerado o maior produtor de energia eólica do país –, a geração de energia elétrica produzida a partir da força dos ventos, por meio de aerogeradores, beneficiaria aproximadamente 60% dos 289 assentamentos criados pelo Incra no estado, o equivalente a cerca de 170 áreas. O assunto foi debatido nesta terça-feira (19) no VIII Fórum Nacional Eólico e SolarInvest 2016, em Natal.

O engenheiro agrônomo José Augusto Silva, da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra/RN palestrou sobre “Assentamentos rurais e atividade eólica: um impasse em vias de resolução”. A possibilidade de implantação de parques eólicos nas áreas da reforma agrária chamou a atenção de pelo menos quatro empresas que atuam no setor e que procuraram Silva após a palestra com o objetivo de discutir a possibilidade de investimentos no futuro.

O agrônomo apresentou uma proposta de termo de referência, em conformidade com as Resoluções Normativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para a solução do impasse resultante da implantação do único parque eólico existente em uma área de reforma agrária no estado, no Assentamento Zumbi Rio do Fogo, no município de Rio do Fogo, na região do Leste Potiguar, a cerca de 80 quilômetros de Natal. Ele também ressaltou que o potencial de geração de energia eólica dos demais assentamentos do Rio Grande do Norte não tem sido aproveitado devido ao impasse surgido com a instalação, a partir de 2003, dos cerca de 60 aerogeradores que compõem o parque eólico do Assentamento Zumbi Rio do Fogo.

O Parque foi criado após contrato de concessão de uso firmado entre o Incra e a empresa Enerbrasil (Iberdrola). Após terceiros interessados terem questionado na Justiça a implantação do parque eólico no assentamento sem que houvesse processo licitatório, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão 886/2007, determinou que o Incra se abstinhasse de celebrar novos contratos de concessão de uso para a implantação de aerogeradores nos assentamentos.

Mapa

Conforme o mapa de potencial eólico do Rio Grande do Norte as regiões que concentram a maior parte dos assentamentos federais do estado coincidem com as regiões com maior incidência de ventos com capacidade para geração de energia. “Entendemos que as áreas da reforma agrária também devem ser beneficiadas com os investimentos e os recursos decorrentes da implantação de parques eólicos. Esses recursos deverão ser revertidos em benefícios socioeconômicos e ambientais que contribuam coletivamente com os processos produtivos dos assentamentos”, afirmou José Augusto Silva.

O agrônomo do Incra/RN defendeu também que os rendimentos obtidos com a geração de energia a partir da força dos ventos, que geralmente são destinados à União, sejam utilizados para a quitação dos valores devidos pelas famílias assentadas ao Incra, condição necessária à titulação dos lotes que ocupam nos assentamentos. “Com isto, eles seriam alçados à categoria de agricultores independentes e poderiam receber de forma direta, através da associação, os benefícios resultantes da implantação dos parques eólicos”, defendeu Silva.

Programação

Nos dois dias dos eventos, houve rodadas de negócios para estimular entre os empresários a troca de contatos e geração de parcerias em novos negócios em potencial. Nas mesas temáticas foram discutidos temas como os fundamentos das energias eólica e solar, o atual arcabouço legislativo e regulatório brasileiro para a geração de energia a partir destas fontes renováveis, o mapa socioeconômico e ambiental da atividade eólica no Brasil e os ganhos sociais para as comunidades que receberam parques eólicos.

Maior produtor de energia eólica

Segundo informações do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energias (Cerne), o Rio Grande do Norte possui cerca de 70 parques de energia eólica em operação produzindo energia comercialmente – o que confere ao estado a posição de líder nacional em projetos para geração de energia a partir da força dos ventos.

O Cerne é uma organização voltada para a concepção de projetos, discussão e implementação de estratégias públicas e privadas relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e energéticos visando o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte e do Nordeste brasileiro. Ele tem como missão promover a articulação com as diversas instâncias institucionais, acadêmicas, científicas, empresariais e governamentais relacionadas com a exploração socioeconômica, conservação, planejamento e desenvolvimento dos recursos naturais e fontes energéticas através da otimização, eficiência e, sobretudo, sustentabilidade de suas atividades, de forma a assegurar sua boa utilização no presente e no futuro.

Fetra/Brasil leva propostas à REAF. FETRAF. 20/04/2016.

REAF tem o intuito de inserir a agricultura familiar no processo de integração regional por meio do fortalecimento das políticas públicas

O Ministério do Desenvolvimento Agrário realizou durante os dias 18, 19 e 20 de abril reunião com as organizações sociais para reunir propostas que serão levadas à Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul.

Representada pela coordenadora da Secretaria Geral, Maria Josana de Lima e pelo coordenador de Gestão e Finanças, Lázaro de Sousa Bento, a FETRAF/BRASIL, participou do encontro onde levou para o debate propostas relacionadas ao acesso à terra, soberania familiar, sucessão rural e reforma agrária.

“Esse encontro vem em um momento estratégico em que nós, enquanto movimentos sociais nos possibilita reafirmar o compromisso e traçar caminhos para a REAF 2016”, analisou a coordenadora da Secretaria Geral, Maria Josana de Lima.

Conjuntura

Durante o encontro os participantes fizeram uma análise sobre o momento conjuntural pelo qual passa o Brasil. Na ocasião, o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, falou sobre a importância da mobilização na defesa do atual projeto político. “Tenho certeza que vamos reanimar o nosso espírito, uma vez que esse é um momento de aglutinação dos movimentos sociais. É também o momento onde estamos reafirmando o nosso projeto e valores pelos quais acreditamos”, avaliou.

Ao fazer uma retrospectiva da história de construção da REAF e das conquistas acerca da implementação dos programas sociais, a coordenadora Maria Josana, também falou da atuação dos movimentos para a continuidade das políticas públicas de governo e pela manutenção do espaço da agricultura familiar. “A tentativa do golpe vai na contramão dos movimentos sociais, mas nós vamos conseguir administrar esse momento. Jamais iremos desistir da luta, porque a luta é o alimento principal que nos mantém fortalecidos”, enfatizou.

REAF

A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) foi uma iniciativa política do Governo Brasileiro inserida num contexto de reorientação da política externa, voltada para a integração regional e maior aproximação com os países em desenvolvimento. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Relações Exteriores levaram em 2004, ao Grupo Mercado Comum (GMC), a proposta de criação da REAF com o intuito de inserir a agricultura familiar no processo de integração regional por meio do fortalecimento das políticas públicas e da geração de renda pela facilitação do comércio dos produtos da agricultura familiar.

A REAF atua de forma solidária e busca explorar a complementaridade do setor da agricultura familiar, através da sistematização das informações, da análise das possibilidades concretas e do diálogo sobre os resultados colhidos, em cada país e no Mercosul, na construção dos consensos necessários para produzir recomendações e desenhos de ações e programas com suporte político e técnico.

Seus objetivos fundacionais são os de fortalecer as políticas públicas para a agricultura familiar no Mercosul e promover e facilitar o comércio da produção de base familiar, a partir dos princípios da solidariedade e da complementaridade, visando a redução das assimetrias e o desenvolvimento da região.

Estados da região Norte apresentam os melhores índices de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). CNA. 20/04/2016.

Os estados da região Norte - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, são os que apresentam os melhores índices de adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), 85,85%, segundo os números mais recentes divulgados pelo serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão subordinado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Em segundo lugar aparecem os estados da região Sudeste, com adesão de 71,43% ao programa. No entanto, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) continua preocupada. Isso porque o prazo final para os proprietários rurais aderirem ao CAR, dia 05 de maio próximo, não poderá ser cumprido por grande parte dos produtores. Até agora região Sul tem o menor índice de adesão (41,37%), seguida de perto pelos estados do Nordeste (42,99%).

Os números gerais, incluindo os 26 estados da Federação, além do Distrito Federal, indicam melhora na adesão ao CAR, 70,29%, superior aos 67,6% do último levantamento feito pelo SFB. Devido ao pouco tempo disponível para a adesão dos produtores rurais ao CAR, o engenheiro agrônomo, João Carlos De Carli, assessor técnico da Comissão Nacional do Meio Ambiente da CNA, considera que a melhor saída para resolver o problema seria a edição de uma Medida Provisória (MP) prorrogando o prazo de adesão dos produtores rurais ao programa.

A esse respeito, no Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 707, de 2015, aprovado pela Comissão do Congresso que analisou a questão da dívida dos produtores rurais, foi incluída emenda propondo a prorrogação do prazo de adesão dos produtores rurais ao CAR até 31 de dezembro de 2017, com a aprovação da CNA. A matéria irá agora a votação pelo plenário da Câmara dos Deputados, em data ainda a ser definida. Se aprovada, terá de ser votada posteriormente pelo plenário do Senado.

Dificuldades no Nordeste - As dificuldades operacionais enfrentadas pelos produtores rurais, especialmente dos pequenos proprietários, dizem respeito a aspectos técnicos, relativos ao Código Florestal, e a lentidão do acesso à internet, especialmente nas cidades de pequeno e médio porte do interior do país. Os proprietários rurais dos estados nordestinos continuam enfrentando dificuldades para aderirem ao CAR. É o caso de Alagoas (18,03%); Ceará (28,68%); Paraíba (23,82%); Piauí (34,94%); Sergipe (33,23%); Rio Grande do Norte (37,02%); Pernambuco (19,28%); Bahia (26,46%). A exceção ficou por conta do Maranhão com adesão de 100% dos produtores ao CAR.

Diante deste quadro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) reforça o alerta aos produtores rurais com passivo ambiental que, não adiram ao CAR até o dia 05 de maio, poderão enfrentar problemas. A legislação estabelece algumas condicionantes, a principal delas é a proibição do acesso ao crédito a partir de maio de 2017. Isso se os produtores não cumprirem as normas de proteção da vegetação nativa em Áreas de Proteção Permanente (APPs); de Reserva Legal (RL); e nas Áreas de Uso Restrito (AUR).

Com o objetivo de permitir que os proprietários de imóveis rurais possam fazer a adesão ao CAR, com mais facilidade e informações detalhadas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), órgão integrante do sistema CNA, oferece em seu portal de educação a distância(ead.senar.org.br) um curso gratuito, ensinando o passo a passo do CAR. O curso Cadastro Ambiental Rural é livre e pode ser feito por qualquer pessoa com 18 anos de idade ou mais.

A legislação que define o CAR, segundo a CNA, é complexa e exige condições que dificultam a declaração, pelo proprietário de imóvel rural. Além disso, existem obstáculos adicionais importantes a serem superados. A situação mais preocupante diz respeito ao acesso à internet, especialmente nas áreas rurais e naqueles municípios onde

o acesso é precário devido a problemas de infraestrutura, logística e desenvolvimento tecnológico. Essa situação é mais grave nos estados do Nordeste.

Dilma pede apoio do setor privado para reduzir emissão de gases. Juliano Basile – Valor Econômico. 22/04/2016.

Em discurso na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), a presidente Dilma Rousseff qualificou como “um marco histórico” a assinatura do Acordo Climático de Paris, assumiu o compromisso de ratificá-lo internamente no Brasil e pediu a ajuda do setor privado para reduzir as emissões de gases no meio ambiente.

“O acordo representou um marco histórico no mundo que queremos, um mundo de desenvolvimento sustentável para todos”, afirmou a presidente, que agradeceu o apoio do presidente francês, François Hollande, e do secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, na conferência climática. “Eu tenho orgulho do trabalho organizado pelo meu governo e meu país para que chegássemos coletivamente a esse acordo”, disse.

“Hoje, ao lado de todos os chefes de Estado, assumo o compromisso de assegurar a pronta entrada em vigor do acordo no Brasil e mais uma vez saúdo a todos por essa conquista da humanidade. O caminho que teremos que desenvolver será ainda mais desafiador: transformar as nossas ambições em resultados concretos.”

A presidente defendeu uma “ação convergente” dos países “rumo a uma economia menos dependente de combustíveis fósseis e sustentável na sua relação com o meio ambiente”.

“Países em desenvolvimento, como o Brasil, têm apresentado resultados expressivos na redução dos poluentes”, enfatizou.

Segundo Dilma, será preciso “criar meios de reorientar os fluxos financeiros internacionais. “É preciso apoiar ações que representam soluções para o problema global”, completou, citando medidas nas áreas de saúde pública e desenvolvimento sustentável. “É necessário que o setor privado entre no esforço comum das reduções.”

Ainda segundo ela, sem a redução da pobreza e da desigualdade, não será possível vencer o combate à mudança do clima.

Dilma está em Nova York para a assinatura do acordo climático. Após a Assembleia da ONU, a presidente deverá fazer uma ofensiva junto à imprensa americana, concedendo entrevistas para contestar o processo de impeachment que está sofrendo no Congresso.

Metas ambiciosas

A presidente repetiu que o governo brasileiro traçou metas ambiciosas de redução de poluentes e do desmatamento no país. “Ao reiterar o compromisso do Brasil com os objetivos do Acordo de Paris, quero assegurar que estamos perfeitamente cientes de que firmá-lo é apenas o começo, a parte mais fácil”, afirmou.

Dilma disse que o Brasil está determinado a “intensificar ações de mitigação e de adaptação”. O país se comprometeu a reduzir em 37% a emissão de gases de efeito estufa até 2025 e de diminuir em 43% até 2030, tomando como base o ano de 2005.

“Alcançaremos o desmatamento zero na Amazônia e vamos neutralizar as emissões originárias da supressão legal de vegetação”, prometeu. “Nosso desafio é restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e outros 15 milhões de hectares de pastagens degradadas. Promoveremos também a integração de cinco milhões de hectares de lavoura-pecuária-florestas.”

A presidente disse ainda que todas as fontes renováveis de energia terão a sua participação na matriz energética ampliada até alcançar 45% em 2030.

O acordo

O acordo para a redução de poluentes foi fechado na Conferência do Clima realizada em Paris, em dezembro passado, e vai entrar em vigor quando 55 ratificarem os seus termos em seus respectivos parlamentos. Quando houver essa ratificação, os países vão se comprometer a diminuir em 55% das emissões mundiais de gases-estufa. Nessa sexta-feira, será realizada a cerimônia de assinatura do acordo. Ao todo, 165 países devem assinar o documento em cerimônia que vai contar com a presidente Dilma. O acordo deverá ser o maior já assinado na história das Nações Unidas. A ONU tem 193 membros e outras nações poderão aderir até abril de 2017.

Antes, o documento que contou com o maior número de países foi o Tratado do Mar, firmado em 1982, com 119 países.

Entenda os pontos-chave do acordo climático a ser assinado na ONU. O Globo, Sociedade. 22/04/2016

Pacto prevê controle do aquecimento, mas sem punir nação que não cumprir metas

NOVA YORK. Quatro meses depois de negociar o acordo global sobre o clima em Paris, representantes de governos do mundo inteiro estão nesta sexta-feira em Nova York para assinar o pacto durante uma cerimônia na sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Veja, abaixo, alguns dos principais elementos deste acordo, que é o primeiro a solicitar todos os países a empenhar esforços no combate às mudanças climáticas e ao conseqüente aquecimento global.

TEMPERATURA. O objetivo do acordo é manter o aquecimento na temperatura global "bem abaixo" dos 2 graus Celsius em comparação com a era pré-industrial, ou seja, antes de fábricas, carros e outros aparelhos começarem a afetar a atmosfera. Se for alcançado o objetivo, cientistas acham que os piores efeitos das mudanças climáticas podem ser evitados. O acordo também inclui uma meta desejável de limitar o avanço da temperatura em 1,5 grau. Os termômetros já subiram quase 1 grau desde a revolução industrial.

ALVOS INDIVIDUAIS. Os países deverão estabelecer metas nacionais de redução de emissão de gases do efeito estufa. Estas metas não são legalmente vinculantes, mas os países deverão informar sobre seu progresso nesse sentido e atualizar suas metas a cada cinco anos. O primeiro ciclo começa em 2020. Somente os países desenvolvidos devem cortar suas emissões em termos absolutos. Economias em desenvolvimento são apenas "incentivadas" a fazer o mesmo, à medida que sua capacidade para isso evoluir com o tempo.

TRANSPARÊNCIA. Não há penalidade prevista se os países não cumprirem suas metas de redução de emissões. Em vez disso, o acordo conta com as regras de transparência para motivar os países a cumprir seus objetivos. Todos os países devem informar sobre seus esforços para reduzir emissões. Mas uma certa dose de flexibilidade é permitida a países em desenvolvimento, algo que foi uma das principais exigências do governo chinês.

DINHEIRO. O acordo diz que os países ricos devem continuar a financiar ajuda para países pobres reduzirem suas emissões e para se adaptarem às mudanças climáticas. O pacto também encoraja outros países a ajudar de forma voluntária. Isto cria o caminho para economias emergentes como a China contribuírem, ainda que isto não seja uma exigência. O acordo não estabelece valores, mas os países ricos anunciaram a criação de um fundo de US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020.

PERDA E DANO: Numa vitória para pequenos países insulares ameaçados pela elevação dos níveis do mar, o acordo inclui uma seção reconhecendo "perda e dano" associados com desastres relacionados a mudanças climáticas. Os EUA fizeram uma longa resistência ao tópico no acordo, preocupado de que levaria a reivindicações de compensação por danos causados por eventos climáticos. No fim das contas, o item foi incluído, mas uma nota de rodapé estabelece que perda e dano não envolve culpabilidade ou compensação

RETIRADA: O acordo vai entrar em vigor 30 dias depois de 55 países, que respondem a 55% das emissões de gases-estufa, completarem seus processos de ratificação. É possível para um país deixar o acordo, mas não nos três primeiros anos depois que o mesmo entrar em vigor. Há ainda um uma carência de um ano, então um país só pode se retirar do pacto quatro anos depois de o acordo entrar em vigor.

Sistema FAMASUL e Embrapa lançam simpósio sobre gases de efeito estufa no dia 05 de maio. Ana Brito - CNA. 25/04/2016.

Compartilhar novos conhecimentos sobre a dinâmica de gases de efeito estufa na agropecuária brasileira. Este é o objetivo central do 2º Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (SIGEE), que será realizado entre os dias 07 e 09 de junho, no Palácio Popular da Cultura, em Campo Grande/MS, promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL.

O lançamento oficial do evento acontecerá no dia 05 de maio, a partir das 8 horas, na sede do Sistema FAMASUL, com a participação de lideranças rurais e políticas, de produtores rurais, pesquisadores e profissionais do setor.

Para o presidente do Sistema FAMASUL, Mauricio Saito, o evento oportuniza esclarecimentos científicos sobre o tema e revela o perfil sustentável do produtor rural. "Alguns temas, como a emissão de gases na pecuária, ainda são vistos de forma distorcida no meio acadêmico e também na sociedade. A ciência é a chave para acabar com mitos que afetam negativamente o setor. Acreditamos que os especialistas podem, além de trazer luz a esses temas, nos mostra medidas para que a produção seja cada vez mais aliada da preservação ambiental".

Em sua segunda edição, o Simpósio tem como discutir as tendências sobre a dinâmica de Gases de Efeito Estufa (GEEs) na agropecuária internacional e sua relação com o cenário nacional. Além disso, visa organizar uma agenda positiva para a agropecuária brasileira, com diretrizes para reduzir o impacto ambiental, com foco na dinâmica de GEEs.

Durante o simpósio, a Embrapa fará o lançamento oficial da marca-conceito Carne Carbono Neutro (CCN) que vai atestar, de forma parametrizável e auditável, que a carne bovina produzida em sistemas de integração do tipo silvipastoril (pecuária-floresta, IPF) ou agrossilvipastoril (lavoura-pecuária-floresta, ILPF), apresenta seus volumes de emissão de GEEs compensados durante o processo de produção, pelo crescimento das árvores no sistema.

Outro destaque da programação é a realização de mesas redondas sobre a relação das mudanças climáticas com políticas públicas e aspectos econômicos, mediadas pelos pesquisadores da Embrapa, Alexandre Berndt e Manuel Macedo, respectivamente. Para um dos coordenadores do SIGEE, Roberto Giolo, o suporte legal é fundamental para que o produtor tenha uma base sólida como segurança, assim como a questão econômica, que valida a tecnologia e mostra que o custo-benefício realmente compensa.

Simpósio – O II Simpósio Internacional sobre Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (II SIGEE) é realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Sistema FAMASUL, com apoio do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect), Senar/MS e Rede ILPF.

PCHs têm potencial de uma Belo Monte. Rodrigo Polito – Valor Econômico. 25/04/2016.

As restrições ambientais para grandes hidrelétricas e o momento delicado pelo qual passam as principais empreiteiras do país, devido aos efeitos da operação "Lava Jato" da Polícia Federal, abrem espaço para a expansão de projetos hidrelétricos de menor porte, chamadas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), geralmente de baixo impacto ambiental e de baixa complexidade para construção. De acordo com a Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas (Abrapch), há um potencial de 10 mil megawatts (MW) - quase uma "Belo Monte" - de projetos de PCHs já desenhados, a espera de oportunidades de negócios.

Uma dessas oportunidades será em 29 de julho, quando ocorrerá o primeiro leilão de energia de reserva (LER) do ano. Na ocasião, serão negociados separadamente contratos de usinas solares fotovoltaicas e de PCHs. Os contratos das hidrelétricas terão prazo de 30 anos, com início de entrega de energia em 1º de março de 2020.

"A dificuldade das PCHs é que elas não têm escala. Mas elas voltaram justamente porque o governo enxergou que o somatório de PCHs é maior do que nossa parte em Itaipu [7 mil MW]. Esse somatório passa a ser interessante e gera mais empregos e tem mais distribuição de renda. Considero essas PCHs como as micro empresas do setor elétrico", disse o presidente da Abrapch, Walmor Alves.

Justamente por não ter escala, as PCHs têm custo proporcional superior ao das grandes e médias usinas. Por isso há a necessidade de leilão específico. Segundo Alves, o custo médio de uma PCH é de R\$ 6,5 milhões a R\$ 7 milhões por megawatt instalado. Para efeito de comparação, o custo da hidrelétrica de Teles Pires (MT) é de R\$ 2,7 milhões por megawatt. Com isso, o preço da energia da PCH também é mais alto, de R\$ 280 a R\$ 300 por megawatt-hora (MWh).

"O LER [leilão de reserva] é um espaço de contratação extremamente conveniente para todas as fontes, pois o planejador consegue calibrar a proporção que ele deseja de cada fonte", diz Márcio Severi, novo presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

De acordo com ele, sobre as PCHs, outro ponto favorável é que esses projetos são conectados diretamente à rede das distribuidoras. Dessa maneira, eles agregam mais confiabilidade ao sistema.

Para dar sustentabilidade para a cadeia de fornecedores de PCHs, praticamente 100% nacional, Severi defende que sejam implantados cerca de 500 MW por ano de pequenas usinas. É exatamente esse volume que está sendo construído de PCHs atualmente no país.

O potencial das PCHs será discutido nesta semana, em evento do Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), em Florianópolis (SC). Na ocasião, também serão discutidas oportunidades de negócios para usinas reversíveis. Na prática, essas usinas utilizam uma "bomba" de madrugada, para transportar água da parte de baixo do rio para o reservatório, para aumentar a geração ao longo do dia. O modelo é compatível principalmente com a geração eólica, podendo reduzir o problema da intermitência da produção da energia dos ventos.

Segundo Alves, o tema é relativamente novo no país e ainda precisa de aprimoramentos econômicos e regulatórios. Hoje existem apenas duas usinas reversíveis no Brasil, com um total de 130 MW.

Doação de mudas promove educação ambiental na Caatinga. CNA. 25/04/2016.

Há dois anos, uma parceria entre os pesquisadores do Projeto Biomas e os alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) , campus Quixadá, promove a educação ambiental através de mobilizações e distribuições de mudas para o setor público e privado na região do sertão central. No período já foram distribuídas aproximadamente 12 mil mudas para serem utilizadas em 5 cidades do Sertão Central Cearense, são elas: Quixadá, Banabuiú, Ibicuitinga, Ocara e Ibaretama, sempre utilizadas em ações contempladas por associação de bairros, empresa públicas, escolas municipais, secretarias e pessoa física.

As mudas são cultivadas no viveiro do Laboratório de Estudos Ecológico Ambientais do Bioma Caatinga (LEEABC) do Instituto.

No laboratório são realizados testes de germinação, seleção de sementes nativas, quebra de dormência, cultivo de mudas, análise de solos e substratos dentre outras ações estruturantes. No trabalho teórico são realizadas reuniões de mobilização ambiental, minicursos, oficinas, trilhas, sempre com enfoque na difusão da educação ambiental.

O viveiro tem se consolidado com um dos espaços representativos da região, com capacidade de produzir mais de 60 mil mudas por ano. Um dos principais objetivos do viveiro é sensibilizar as pessoas para a importância e os benefícios que as árvores trazem na recuperação de áreas degradadas, arborização da cidade, educação ambiental, reflorestamento dentre outros. Demonstrar a importância da preservação do meio ambiente é um dos princípios da educação ambiental, dessa forma, o laboratório se destaca no papel de mobilizar e explicar a importância que as espécies nativas exercem para o bioma Caatinga.

As mudas doadas nos dois últimos anos são monitoradas por instituições de origem pública, como escolas, universidades, prefeituras, órgãos, ONG's. "Isso prova a real preocupação desse segmento, assim como a preocupação para com a promoção de educação ambiental através da doação e plantio de mudas, porém percebe-se ainda, devido ao baixo percentual das doações (22%) que o setor privado ainda utiliza pouco essa ferramenta, como indutora de suas ações, sejam elas para fins estéticos ou compensatórios", diz Lucio Alberto Pereira, pesquisador da Embrapa Semiárido e Coordenador Regional do Projeto Biomas na Caatinga.

Sobre o Projeto Biomas

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas brasileiros.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere.

Na Caatinga, o projeto conta com a parceria das seguintes instituições: Embrapa Caprinos e Ovinos, Embrapa Semiárido, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará / Campus Quixadá, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, Administração Regional do SENAR Ceará e sindicatos rurais da região.

Embrapa leva ciência e tecnologia a agricultores familiares. MAPA. 26/04/2016.

Evento em Dourados visa a agregar valor aos produtos agrícolas

As tecnologias e conhecimentos voltados à agricultura familiar vão estar em exposição durante a Tecnofam 2016, de 11 a 13 de maio, em Dourados (MS). O evento é promovido pela Embrapa Agropecuária Oeste, em parceria com o governo de Mato Grosso do Sul, prefeitura de Dourados e Sistema Famasul-Senar/MS.

O objetivo da Tecnofam é possibilitar o acesso a tecnologias com foco na diversificação, agregação de valor e sustentabilidade dos sistemas de produção. As tecnologias que serão demonstradas surgiram na Embrapa Agropecuária Oeste e em outras unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Além da programação de campo, haverá uma mostra de tecnologias, equipamentos, maquinários, implementos agrícolas. Também serão realizadas oficinas sobre temas como fruticultura, plantas medicinais e produção de leite.

"A Embrapa se preocupa igualmente com todos que fazem da agricultura seu negócio. No caso da Tecnofam, cria-se um ambiente favorável ao conhecimento e à adoção de tecnologias que façam diferença no negócio agrícola de base familiar", destaca chefe-geral da Embrapa Agropecuária Oeste, Guilherme Asmus.

De acordo com ele, é importante modernizar os processos produtivos, respeitando a lógica de escala da pequena propriedade, para dar maior eficiência e eficácia às cadeias produtivas. "Isso resulta no desenvolvimento da produção de base familiar, de Mato Grosso do Sul e do Brasil", assinala Asmus.

Ele reforça ainda que a Tecnofam foi criada para levar ciência e tecnologia aos agricultores familiares. Toda a sociedade, acrescenta, está convidada para visitar a exposição, que estará aberta ao público das 7h30 às 16h30, na sede da Embrapa Agropecuária Oeste: BR-163, Km 253,6 – Dourados.

Durante os três dias do evento, também serão realizadas ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, causador da dengue, zika e chikungunya. A ação de mobilização contra o *Aedes* é uma parceria entre Embrapa Agropecuária Oeste e Secretaria de Saúde da prefeitura de Dourados. (Com informações da Embrapa Agropecuária Oeste).

PIAUÍ: Quilombolas recebem mais de 17 mil quilos de alimentos da Conab. CONAB. 27/04/2016.

Comunidades quilombolas em situação de insegurança alimentar no Piauí estão recebendo, esta semana, 17.064 quilos de produtos alimentícios da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As doações beneficiarão 632 famílias de comunidades nos municípios de Altos, Assunção do Piauí, Campo Largo do Piauí, Curral Novo do Piauí, Batalha, Betânia do Piauí, Esperantina, Paquetá, Paulistana, Queimada Nova, São José do Piauí, São João da Vajota.

A ação é realizada por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e a entrega dos produtos está sendo feita pela Superintendência Regional da Conab no Piauí. Cada cesta conta com 4 kg de farinha, 10 kg de arroz, 6 kg de feijão, 2 kg de leite em pó, 2 kg de açúcar, 2 latas de óleo e 1 kg de macarrão.

Incrá pode permitir que FAET emita Certificado de Cadastro de Imóvel Rural. CNA. 27/04/2016.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Tocantins (SENAR/TO), Paulo Carneiro, se reuniu nesta segunda-feira, (25/04), com o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Tocantins (Incrá/TO), Edvaldo Soares

Oliveira, quando solicitou que o Sistema FAET/SENAR Tocantins fosse credenciado como entidade competente para emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

Paulo Carneiro apresentou as ações do Sistema FAET/SENAR Tocantins e justificou a solicitação através de números; “somos uma entidade que representa 40 Sindicatos Rurais distribuídos por todas as regiões do Estado; temos uma carteira com mais de 14 mil produtores rurais contribuintes; atendemos, somente no ano de 2015, mais de 55 mil produtores rurais e trabalhadores do campo com cursos de capacitação profissional e cerca de cinco mil propriedades com serviços de assistência técnica e gerencial. Tudo isso nos credencia para contribuir com o Incra nesta tarefa de oferecer mais serviços que facilitem a vida do nosso trabalhador no campo”, destacou Carneiro.

Edvaldo Soares elogiou a iniciativa do presidente Paulo Carneiro e demonstrou bastante interesse em que o Sistema FAET/SENAR Tocantins permaneça sendo um grande parceiro do homem do campo e suas famílias: “dessa vez nos ajudando a ampliar os atendimentos do Incra e contribuindo com o trabalho já desenvolvido pela Instituição no Tocantins.

A próxima etapa agora é a formalização desta solicitação ao Incra para que a entidade possa analisar o pedido, de forma técnica, e emitir o parecer. Estiveram presentes à reunião o assessor Técnico da FAET, Luiz Cláudio Faria, e a superintendente Regional Substituta do Incra, Eleusa Maria Gutemberg.

Ministro Patrus Ananias recebe representantes da Fetraf/Brasil e debate políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar. FETRAF. 27/04/2016.

Durante o encontro foram debatidos assuntos como, o lançamento do Plano Safra 2016/2017 e a retomada dos programas de assistência técnica e extensão rural

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, recebeu ontem à tarde (26), na sede do ministério, membros da direção executiva da FETRAF/BRASIL.

Durante o encontro foram debatidos assuntos como o lançamento do Plano Safra 2016/2017, que irá ocorrer na próxima terça-feira (3/5), a retomada dos programas de

assistência técnica e extensão rural e estratégias para adoção de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Na ocasião, o ministro Patrus Ananias, reconheceu a atuação da Fetraf quanto à sua representatividade junto ao MDA na defesa da continuidade das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Patrus afirmou também que há uma expectativa para o próximo período sobre a retomada dos programas de assistência técnica e extensão rural por meio de recursos da Secretaria da Agricultura Familiar e das atividades de Ater dos assentamentos rurais por meio de recursos do Incra. Ainda segundo o ministro, outra medida importante que deve ser anunciada na próxima semana é a adoção de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O coordenador geral da Fetraf/Brasil, Marcos Rochinski, afirmou que, mesmo com a turbulência política de paralisação de muitas atividades e em função do que ocorre no Congresso, a entidade reconhece mais uma vez que o governo demonstra estar antenado às políticas de desenvolvimento rural e à necessidade da continuidade nas políticas voltadas para a agricultura familiar e reforma agrária. “Nós ressaltamos a importância dessas políticas conquistadas no último período e reconhecemos o papel importante que o ministro Patrus Ananias teve para intensificar o debate sobre a agricultura familiar dentro do centro do governo”, avaliou.

Também participaram do encontro, o coordenador de Finanças da Fetraf, Lázaro de Sousa Bento; os assessores da diretoria da Fetraf, Eustácio Magno Macedo e Amadeu Bonato; o coordenador da Fetraf DFE, Anaildo Porfírio; o secretário da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Onaur Ruano e o assessor especial do ministro Nilton Tubino.

Modelo em xeque. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 28/04/2016.

Após o marco da Conferência do Clima (CoP-21) em dezembro, com o engajamento histórico para conter o aquecimento global em limites seguros, a assinatura do novo acordo por 171 nações, dia 22, em Nova York (EUA), deu a largada para investimentos de maior escala na economia de baixo carbono. Em ambiente regulatório e de exigências de mercado quanto à questão climática, "negócios que levam em conta seus impactos aos recursos do planeta e que tragam soluções para processos produtivos mais

sustentáveis terão mais chances de sucesso", prevê Paulo Branco, vice-coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes), da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Da reorganização de espaços urbanos à mitigação de carbono, eficiência energética, reciclagem e uso racional da água e da biodiversidade, setores empresariais se articulam em diversas frentes para rever estratégias, fazer contas e pressionar decisões do governo - inclusive para tornar factíveis os compromissos nacionais para a redução de gases do efeito-estufa, independentemente da conjuntura política e das dificuldades econômicas do país.

Em busca de oportunidades e de adequação a um novo cenário competitivo, "empresas e sociedade não podem perder as conquistas dos últimos anos no caminho da economia verde", adverte Branco. Para ele, há clara sinalização do acordo do clima sobre a urgência de mudanças na produção e consumo, tendência que se evidencia mais fortemente no setor energético, com reflexo na indústria automobilística, que rompe resistências e busca alternativas "zero-fóssil".

É crescente a demanda por transparência, inclusive quanto à origem de insumos e matérias-primas. Assim, conceitos como o de "rastreadabilidade", "cadeia de valor" e "ciclo de vida" de produtos e serviços ganham espaço no mercado, juntamente a plataformas tecnológicas que aproximam produtores e consumidores com eliminação de intermediários, além da cultura "maker" - a produção customizada sob demanda, impulsionada, por exemplo, pelo boom das impressoras 3D. Surgem inovações que impactam diretamente os modais de logística e a gestão de estoques, aumentando a fluidez do capital e promovendo o consumo com menor desperdício. Em paralelo, o desafio de reduzir desigualdades faz proliferar os "negócios de impacto social" na saúde, educação e habitação.

"O que é restrição para uns pode ser oportunidade para outros na busca por atributos e soluções sustentáveis", afirma Branco, para quem, "além de mudanças de comportamento do mercado consumidor, são necessárias políticas para dar impulso ao processo, incorporando às contas empresariais os custos ambientais hoje pagos por toda a sociedade".

Aron Belinky, também do GVCes, coordenador do programa de desempenho e transparência, é taxativo: "Territórios mais inseguros e tensos sob o ponto de vista ambiental e social são menos favoráveis aos negócios". E quem não se mexer agora, diz ele, "perderá o jogo, porque o prazo climático está curto".

Também coordenador executivo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&F Bovespa, Belink afirma que investidores em todo o mundo atentam para o risco dos chamados "ativos encalhados" (stranded assets, no termo em inglês), referentes a capitais imobilizados que tendem a perder valor na busca por sustentabilidade. Usinas termelétricas ineficientes e o petróleo do pré-sal brasileiro são exemplos.

Recente estudo da Smith School of Enterprise and the Environment (SSEE), da Universidade de Oxford, indica que a perspectiva de riscos financeiros devidos às mudanças do clima deverá descolar capitais e promover a revisão de investimentos e ativos patrimoniais.

"A preocupação ainda está restrita a investidores de longo prazo", afirma Antonio Castro, presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas. No ano passado, no relatório "The Financial System We Need", a ONU enfatizou que o esforço global pelo desenvolvimento sustentável exige a redução de recursos para ativos que degradam o capital natural, já em declínio em 116 dos 140 países, "ameaçando os modelos de desenvolvimento e danificando irreversivelmente os sistemas de suporte à vida".

Atribuir preço ao carbono, mediante sistemas de taxaço ou comércio de certificados de emissões, é visto como um dos principais mecanismos para a transferência de capital da velha para a nova economia. "As empresas precisam de indicações seguras para investimento na economia verde, bem como ferramentas de mercado que valorizem produto com esse diferencial", ressalta Jorge Soto, diretor de desenvolvimento sustentável da Braskem e membro do comitê diretor da Carbon Pricing Leadership Coalition, liderada pelo Banco Mundial.

"O atual sistema de preços não representa a realidade dos impactos ambientais", diz Soto. A precificação de carbono cobre hoje 12% do PIB mundial. A meta é dobrar para 25% até 2020 e atingir 30% em 2030, segundo Soto.

"A reciclagem de investimentos é chave para a indústria fazer a reconversão tecnológica, mas isso passa por maior ambição dos compromissos climáticos e por

políticas de governo", enfatiza Pedro Faria, diretor técnico do Carbon Disclosure Project (CDP), que abrange 830 bancos, seguradoras e investidores corporativos, totalizando mais de US\$ 100 trilhões em ativos.

De acordo com Juliana Lopes, diretora do CDP para a América Latina, o aumento da demanda pelos "greenbonds" - títulos de dívidas para financiar soluções ambientais - retrata o ritmo dos aportes em tecnologias limpas. Em 2015 foram emitidos US\$ 41,8 bilhões, o quádruplo de 2013, e a meta para 2016 é alcançar US\$ 100 bilhões, segundo a Climate Bonds Initiative.

O Brasil tem potencial para avançar e integrar o novo fluxo financeiro que se desenha globalmente. "Faremos um movimento coordenado com os setores produtivos para, ainda neste ano, iniciar o planejamento de como colocar em prática os compromissos do país", diz José Domingos Miguez, secretário de mudanças climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Na análise de Carlos Rittl, secretário executivo do Observatório do Clima, o desafio da economia verde "está à margem das prioridades nacionais e não é tratado de forma estratégica pelo governo". Ele conclui: "A solução da crise econômica e da climática passa pelo aproveitamento do potencial que temos em energias renováveis, agropecuária de baixo carbono e uso da biodiversidade, e cabe à sociedade brasileira colocar essa agenda adiante".

Uma fronteira é o aproveitamento das florestas como fonte de matéria-prima renovável e sumidouro de carbono capturado da atmosfera. "A base tecnológica da restauração florestal em larga escala com espécies nativas precisa ser concebida via articulação entre iniciativa privada, governo, ONGs e academia", diz Roberto Waack, membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

**ABNT lança selo verde visando redução do carbono e uso racional da água.
Rosângela Capozoli – Valor Econômico. 28/04/2016.**

Selos que certificam a qualidade de produtos e serviços são ferramentas cada vez mais em uso na disputa pela confiança do mercado. No caso das certificações ambientais, os chamados "selos verdes" se tornam ainda mais valiosos, especialmente nos mercados

globais. O mais recente deles, lançado no início de abril em São Paulo, é o Selo Ambiental de Medição e Certificação da Pegada de Carbono de Produtos. Trata-se de um sistema elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em parceria com a Carbon Trust, assessoria internacional sem fins lucrativo sediada em Londres.

O projeto foi patrocinado pela Embaixada Britânica no Brasil e desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (Mdic). Segundo a ABNT, o sistema baseia-se em normas internacionais reconhecidas e foi projetado juntamente com os seus beneficiários finais, que são as indústrias brasileiras. O novo selo tem foco na redução das emissões de gases de efeito-estufa e no consumo mais eficiente da água.

“O selo permite às empresas identificar seus pontos de melhoria, reduzindo o consumo de energia, matéria-prima e insumos, direcionando tudo para uma economia mais verde”, diz Guy Ladvocat, gerente de certificação de sistemas ABNT.

“Isso também permite às companhias acesso a mercados internacionais que muitas vezes são mais exigentes com relação às questões ambientais. Uma certificação desenvolvida com base em processos reconhecidos em outros países abre as portas para novos mercados”, completa.

Segundo Ladvocat, o programa foi montado de forma que qualquer organismo de certificação possa participar. “Estamos em contato com o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia para que esse programa tenha o respaldo do organismo acreditador brasileiro. Como foi um projeto piloto, somente a ABNT fez a verificação, mas a partir do lançamento outros organismos podem participar”, conta.

Para Carlos Gadelha, secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Mdic, a participação do ministério no processo de implantação do novo selo teve como objetivo oferecer ferramentas que permitam à indústria nacional se apropriar das vantagens econômicas de baixo carbono ao mesmo tempo em que promove a eficiência no uso de recursos produtivos. “Ao medir os impactos de seus produtos, as empresas brasileiras poderão buscar mercados externos tradicionalmente mais exigentes em sustentabilidade, como o Reino Unido e os países escandinavos”, diz.

A Novelis, líder mundial em laminados e reciclagem de alumínio, foi uma das empresas que recebeu o certificado da ABNT. “Estamos comprometidos com a redução da pegada de carbono e uso de água em todo o processo industrial”, diz Rogério Almeida, vice-presidente de operações da Novelis América do Sul. “Cada vez mais nossos clientes e os clientes de nossos clientes têm valorizado produtos com uma pegada de carbono mais eficiente. O fato de podermos usar esse selo certamente capitaliza nosso produto e nos ajuda a abrir portas”, afirma.

De acordo com Almeida, produtos com baixo índice de carbono e alto conteúdo reciclável são uma vantagem competitiva nos mercados em que a Novelis atua. “Além disso, participar do projeto reforça o compromisso da companhia em alcançar a meta global de 50% de redução na emissão de gases de efeito estufa até 2020”, afirma.

A Braskem, que também participou da certificação da ABNT, já reduziu, entre 2008 e 2015, suas emissões de gás efeito estufa (GEE) em 8%, ou seja, 5,3 milhões de toneladas de CO₂, o equivalente a 35 milhões de árvores. “A empresa participou da certificação com o objetivo de colaborar com a transparência de informações nas suas relações com clientes e estimular o uso dessa prática”, diz Jorge Soto, diretor de desenvolvimento sustentável da Braskem.

“Entendemos que esse selo, que tem o aval do governo e está associado a outras instituições de reconhecimento internacional, dará mais visibilidade ao desenvolvimento tecnológico que é nosso diferencial comparativo, nos aferindo muito mais credibilidade. O selo também tem um ganho interno de comunicação”, acrescenta Soto.

Entidades se mobilizam por oportunidades sustentáveis. Salete Silva – Valor Econômico. 28/04/2016.

Engajadas em promover o desenvolvimento sustentável, entidades empresariais atuam de diferentes maneiras para direcionar as ações e as discussões de sustentabilidade entre as companhias brasileiras. Redução do consumo de água e emissão de gases-estufa e mensuração dos custos ambientais nos relatórios financeiros são algumas das práticas adotadas em parcerias com essas instituições, que ainda disponibilizam estudos e bancos de dados.

“Os investimentos verdes são hoje uma oportunidade de negócio, já que os prejuízos a serem enfrentados pelas empresas serão maiores se nada for feito para mitigar os efeitos da mudança climática”, diz Caio Magri, diretor executivo de práticas empresariais e políticas públicas do Instituto Ethos.

Com mais de 500 empresas associadas, de micro a grande porte, o Ethos mobiliza e oferece ajuda para as companhias gerirem seus negócios de forma socialmente responsável por meio de palestras, conferências, congressos, além de realizar pesquisas e desenvolver metodologias e ferramentas para a aplicação dos conceitos de sustentabilidade.

Auxiliar as empresas não só a identificar mas a gerenciar e reportar os riscos climáticos para potenciais financiadores é uma das estratégias de ação do Carbon Disclosure Project (CDP), com atuação no Brasil e que detém o maior banco de dados corporativos sobre mudanças climáticas, água e riscos climáticos.

A entidade repassou, no ano passado, informações ambientais de quase 2.500 empresas globais listadas em bolsa para seus 822 investidores signatários, incluindo bancos, gestores de investimento e fundos de pensão, entre outros. Os dados são utilizados para tomada de decisões de investimento e para a participação dos acionistas.

“Os investidores procuram empresas com menores índices de emissão de gases, baixos riscos ambientais e que apresentem estratégias diante das mudanças climáticas”, diz a diretora do CDP para a América Latina, Juliana Lopes.

Auxiliar as empresas a antecipar decisões para se adequar a CoP-21 e a Agenda 2030 também tem sido prioridade para o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Social (Cebds), entidade engajada no desenvolvimento sustentável nas empresas por meio de articulações junto aos governos e divulgação de conceitos e práticas.

O Cebds atua no desenvolvimento de projetos em parceria com governos, mercado e sociedade. Sua agenda procura traduzir o que se está fazendo sobre clima, água e outros temas ambientais, informa Marina Grossi, presidente da entidade. Destaca-se entre seus projetos, o Conselho de Líderes, formado por executivos de mais de 70 empresas do setor público e privado, além de representantes da sociedade civil.

O objetivo é garantir o diálogo permanente em busca do desenvolvimento de soluções de negócios sustentáveis. Os principais temas discutidos são energia limpa, mobilidade e consumo inteligente de energia. “Cada uma das entidades empresariais atua de forma diferente. O Cebds é braço de uma organização maior e tem agenda empresarial muito forte”, afirma Carlo Linkevieius Pereira, gerente de sustentabilidade da CPFL Energia, empresa que foca suas ações ambientais em especial nos assuntos referente à clima.

Além do Cebds e do Instituto Ethos, a companhia de energia elétrica tem buscado subsídios para suas ações no Pacto Global, iniciativa da ONU que conta com empresas, sindicatos e organizações não-governamentais, para oferecer diretrizes e promover crescimento sustentável em especial por meio de um website sobre cidadania empresarial com informações das iniciativas da ONU e de companhias brasileiras, além de eventos.

Linkevieius destaca também a participação no fomento da economia sustentável do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas, promotor de estudos, reflexão e produção de conhecimento, que desenvolve estratégias, políticas e ferramentas de gestão públicas e empresariais para a sustentabilidade

Integrada por representantes de companhias de grande porte, a Fundação Brasileira do Desenvolvimento (FBDS) também atua no desenvolvimento de estudos ambientais e projetos diversos para empresas, como de gestão territorial e baixo carbono. Como as demais entidades, não tem fins lucrativos. Elas têm em comum ainda a fonte de renda que em geral é proveniente dos estudos e projetos realizados, além da contribuição de seus associados e apoiadores.

Participar de fóruns específicos com grandes empresas, ter acesso a especialistas e a novas metodologias e ferramentas é a expectativa de empresas como o Itaú Unibanco, que participa das câmaras temáticas sobre água, clima, finanças e comunicação promovidas pelo Cebds, entre outras entidades, segundo a superintendente de sustentabilidade e negócios inclusivos da instituição, Denise Hills. “Se queremos ser referência, precisamos dialogar e estar em contato com empresas e instituições que também possuem o mesmo anseio”, afirma.

Frotas corporativas avançam com programa de redução de emissões de carbono.
Andrea Vialli – Valor Econômico. 28/04/2016.

O negócio de gestão de frotas corporativas sempre foi muito orientado pela redução de custos, já que as empresas que contratam esses serviços estão de olho na máxima eficiência das operações de transporte. E foi com essa motivação que a Embratec começou a operar, no final da década de 1990, com soluções em controle de frotas e cartões combustível. Mas ao participar de uma feira do setor em 2009, nos Estados Unidos, a empresa foi questionada sobre suas estratégias de gestão de emissões de carbono.

“Quando fomos perguntados sobre o que estávamos fazendo pelo meio ambiente, percebemos que havia ali uma oportunidade de mercado”, conta Sérgio Rego Monteiro Filho, diretor institucional e de sustentabilidade da Ecofrotas. A empresa foi rebatizada em 2009 e mudou seu posicionamento de mercado, com a proposta de aliar os serviços de gestão de frotas com a redução dos gases de efeito estufa dos veículos. “O Brasil é um país de dimensões continentais dependente do transporte rodoviário, o que o torna intensivo em emissões. Por outro lado, 90% dos carros fabricados aqui podem rodar com etanol, o que permite reduzir a pegada de carbono”, diz Filho.

As estratégias da Ecofrotas para reduzir o impacto ambiental das frotas corporativas incluem dois programas, que podem ser escolhidos pelos clientes de acordo com variáveis como tamanho e vida útil dos veículos. Um dos programas prevê a gestão completa dos aspectos de sustentabilidade da frota, o que inclui avaliações periódicas de nove indicadores como idade dos veículos, monitoramento das emissões de poluentes, manutenção e treinamento de condutores, entre outros. O outro programa é voltado para a substituição de gasolina por etanol nas frotas, gerando créditos de carbono que podem ser comercializados em mercados voluntários, gerando receita extra para as empresas. A emissão de gás carbônico proveniente da queima do etanol nos motores dos automóveis é considerada neutra, pois a cana-de-açúcar absorve o gás no seu processo de fotossíntese.

Segundo o executivo, a demanda por esse tipo de serviço ocorre em empresas com frotas de tamanhos variados (de três veículos até 15 mil carros), sendo maior a procura

entre as empresas que possuem políticas ou metas anuais de redução dos gases de efeito estufa, especialmente em empresas multinacionais. Entre os clientes, há grupos como Thyssenkrupp, Votorantim, Grupo CCR e Souza Cruz. Com os serviços diversos, a empresa hoje gerencia 900 mil veículos e em 2015 gerou créditos de carbono equivalentes a 15 mil toneladas de CO₂, que deixaram de ser lançadas na atmosfera. No ano passado, Monteiro foi à CoP-21, a conferência de clima da ONU em Paris, para contar a experiência da empresa em reduzir as emissões das frotas de terceiros. “Muitas empresas nos procuram porque querem cortar custos operacionais, mas acabam percebendo que é possível conciliar isso com os benefícios ambientais”, diz.

Estudo diz que pecuária pode superar papel de vilã. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 28/04/2016.

Importante emissora de gases de efeito-estufa, a pecuária brasileira tem sido alvo de diversos estudos científicos para mudar padrões produtivos e livrar-se do papel de vilã. Um deles, lançado no final de março a partir do mapeamento das pastagens no território nacional e de simulações baseadas em dados econômicos e ambientais, demonstra o caminho: com a expansão de práticas sustentáveis em sistemas integrados à agricultura, a atividade pode ter expressivo crescimento, alcançar maior lucratividade sem desmatar novas áreas e ainda virar o jogo dos impactos negativos, tornando o hábito de comer carne parte da solução - e não um problema - para o combate às mudanças climáticas.

"Se não fizermos um trabalho rápido de adaptação, o agronegócio estará fortemente ameaçado", adverte Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária, em Campinas (SP), coautor do relatório em parceria com o Centro de Estudos do Agronegócio (GVAgro), da Fundação Getúlio Vargas, e Embaixada Britânica.

Entre as novidades, a pesquisa apontou que, mediante a integração com a lavoura e o aumento da lotação de 1,55 para 2,2 animais por hectare, é possível melhorar o solo, ampliar o rebanho brasileiro das atuais 200 milhões para 324 milhões de cabeças e ao mesmo tempo neutralizar as emissões de gases de efeito estufa em dez anos.

Ao abranger 100% das pastagens do país (hoje, 169 milhões de hectares), o modelo de maior eficiência e baixa emissão causaria impacto de R\$ 35,8 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) por ano, considerando o efeito multiplicador na cadeia produtiva.

No cenário menos otimista, se o modelo cobrir um quarto das atuais áreas produtivas, a injeção no PIB seria de R\$ 9 bilhões ao ano. "Produtores têm constatado os benefícios de rendimento e os resultados estimulam a replicação no campo", afirma Assad, ao lembrar a importância do treinamento e educação, além do engajamento dos agentes financeiros.

Segundo ele, o inventário brasileiro de emissões que deverá ser divulgado até meados deste ano, a partir de metodologia mais aprimorada, trará novos dados que poderão confirmar um potencial ainda maior da agropecuária na retirada de carbono da atmosfera, contribuindo em grau mais elevado para o cumprimento das metas climáticas assumidas internacionalmente pelo país.

Sendo assim, afirma o estudo da Embrapa e GVAgro, "a carne brasileira, que já apresenta preço competitivo no mercado externo, poderia ampliar espaços também pelo aspecto ambiental, com baixa emissão de carbono, certificação e boas práticas agropecuárias".

Recente trabalho científico, também da Embrapa, em parceria com as universidades de São Paulo e de Edimburgo, concluiu que - ao contrário do que se imaginava até agora - o aumento do consumo de carne tende a reduzir e não a aumentar as emissões atmosféricas da pecuária de corte no Cerrado. Uma demanda 30% mais alta em 2030 causaria uma diminuição de 10% nas emissões totais. Por outro lado, uma redução de 30% no consumo de carne em relação ao valor projetado para o período significaria um aumento de carbono de 9%.

Integrado à iniciativa global AnimalChange, o estudo considerou os impactos ao longo da cadeia produtiva, dos insumos no campo aos frigoríficos. "A pressão da demanda força o aumento da produtividade, com mais gado por hectare e redução de desmatamento", diz Luís Gustavo Barioni, co-autor do trabalho.

A adoção de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento de carne bovina, do campo ao varejo, poderia economizar US\$ 1 bilhão em custos de energia e reduzir o lançamento de pelo menos 16 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera.

A conclusão é do estudo recém-concluído no Brasil pela organização internacional Carbon Trust.

"Falta o mercado reconhecer esse valor, porque os investimentos e os riscos são maiores em relação ao método tradicional, embora os resultados sejam bastante positivos", afirma Caio Dalla Vecchia, diretor de novos negócios do Grupo Roncador.

Na Fazenda Água Viva, com 1,7 mil hectares de pastagens e 2,1 mil cabeças de gado em Cocalinho (MT), a empresa adota tecnologias de restauração de solo e medição de carbono, com o objetivo de replicar práticas sustentáveis entre pecuaristas do Vale do Araguaia, totalizando 50 mil hectares.

"A partir dos inventários, o projeto é traçar estratégias produtivas para os próximos cinco anos, na perspectiva de reduzir a pressão sobre o desmatamento e evitar a emissão de 350 mil toneladas de carbono", revela Julio Natalense, líder de tecnologia e sustentabilidade da Dow, indústria química que produz insumos para a cadeia da carne e mantém parceria com o Grupo Roncador para a medição do carbono antes e depois da adoção de práticas sustentáveis.

"Uma barreira é o perfil conservador dos produtores em relação à questão climática", aponta Roberto Strumpf, consultor da Pangea Capital, responsável pela adaptação à realidade da agropecuária brasileira do GHG Protocol, método desenvolvido globalmente pelo World Resources Institute para aferir emissões, agora aplicado na região do Araguaia.

O projeto é comprovar a relação entre o aumento da produtividade e a mitigação de carbono. Segundo Strumpf, "a recuperação de pastagem permite triplicar a quantidade de animais por hectare e neutralizar as suas emissões".

Somado a isso, a associação com a lavoura "gera o milagre da multiplicação", ilustra o pesquisador João Kluthcouski, o João K., da Embrapa Cerrado, coordenador de pesquisas que têm constatado o alto rendimento sistemas que integram gado e cultivo de grãos, inclusive em solos arenosos de São Paulo, Paraná e Oeste baiano, com aumento de produtividade de 20% na agricultura.

No Brasil, o método abrange cerca de 4 milhões de hectares, a maior parte em Mato Grosso (1 milhão de hectares). O potencial de expansão é expressivo, sabendo-se que no

Brasil existem cerca de 30 milhões de hectares de pastagens degradadas, com baixa produtividade. A meta do Ministério da Agricultura é recuperar 15 milhões de hectares até 2020. "Há crédito, mas falta transferência de informação ao produtor", afirma João K.

Licenciamento ambiental pode deixar de existir. André Borges – O Estado de São Paulo, Economia. 28/04/2016

Sem alarde, comissão do Senado aprovou PEC que derruba a legislação ambiental para licenciamento de obras públicas

BRASÍLIA - Em meio ao terremoto político que toma conta de Brasília, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira, 27, sem alarde, uma Proposta de Emenda à Constituição que simplesmente rasga a legislação ambiental aplicada em processos de licenciamento de obras públicas.

A PEC 65, proposta em 2012 pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e relatada atualmente pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), estabelece que, a partir da simples apresentação de um Estudo Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor, nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada. Na prática, isso significa que o processo de licenciamento ambiental, que atualmente analisa se um empreendimento é viável ou não a partir dos impactos socioambientais que pode gerar, simplesmente deixa de existir.

Em um documento de apenas três páginas, os parlamentares informam que "a proposta inova o ordenamento jurídico", por não permitir "a suspensão de obra ou o seu cancelamento após a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental (EIA), exceto por fatos supervenientes". A mudança, sustentam os parlamentares, "tem por objetivo garantir a celeridade e a economia de recursos em obras públicas sujeitas ao licenciamento ambiental, ao impossibilitar a suspensão ou cancelamento de sua execução após a concessão da licença".

O licenciamento ambiental, seja ele feito pelo Ibama ou por órgãos estaduais, estabelece que qualquer empreendimento tem que passar por três etapas de avaliação técnica. Para verificar a viabilidade de uma obra, é preciso os estudos de impacto e pedir sua licença prévia ambiental. Este documento estabelece, inclusive, quais serão as medidas

compensatórias que a empresa terá de cumprir para realizar o projeto. Ao obter a licença prévia, o empreendedor precisa ainda de uma licença de instalação, que permite o início efetivo da obra, processo que também é monitorado e que pode resultar em novas medidas condicionantes. Na terceira etapa, é dada a licença de operação, que autoriza a utilização do empreendimento, seja ele uma estrada, uma hidrelétrica ou uma plataforma de petróleo. O que a PEC 65 faz é ignorar essas três etapas.

"Estamos simplesmente perplexos com essa proposta. Se a simples apresentação de um EIA passa a ser suficiente para tocar uma obra, independentemente desse documento ser analisado e aprovado previamente, acaba-se com a legislação ambiental. É um flagrante de desrespeito à Constituição, que se torna letra morta em tudo o que diz respeito ao meio ambiente", disse ao 'Estado' a coordenadora da 4ª câmara de meio ambiente e patrimônio cultural do Ministério Público Federal, Sandra Cureau. "É muito simbólico passar essa PEC nesse momento. Entramos em um vale-tudo".

O Ministério Público Federal e os estaduais, segundo Sandra, vai adotar um posicionamento contundente contrário a proposta. "Estamos todos perplexos. Temos que mostrar aos parlamentares o absurdo que estão cometendo. O Brasil é signatário de vários pactos internacionais de preservação do meio ambiente. A Constituição tem que ser harmônica, não contraditória em seus incisos", comentou.

A PEC tem um regime especial de tramitação. Ela precisa ser discutida e votada em cada uma das casas do Congresso Nacional, em dois turnos. Para ser aprovada em ambas, precisa de três quintos dos votos (60%) dos respectivos membros do Senado e da Câmara. A emenda constitucional tem que ser promulgada pelas mesas das duas casas, e não necessita de sanção presidencial.

Em sua análise da proposta, Blairo Maggi sustentou que a PEC "visa garantir segurança jurídica à execução das obras públicas", quando sujeitas ao licenciamento ambiental. "Certo é que há casos em que ocorrem interrupções de obras essenciais ao desenvolvimento nacional e estratégicas ao País em razão de decisões judiciais de natureza cautelar ou liminar, muitas vezes protelatórias", declarou.

Segundo Maggi, claramente se pode observar que a proposta não objetiva afastar a exigência do licenciamento ambiental ou da apresentação de um de seus principais instrumentos de avaliação de impacto, o EIA. Não afeta, assim, o direito ao meio

ambiente ecologicamente equilibrado e consagra princípios constitucionais da administração pública, como a eficiência e a economicidade.

Comércio aliado do meio ambiente. Roberto Azevêdo – O Globo, Opinião. 28/04/2010

Regras da OMC permitem que os membros restrinjam o comércio quando isso for necessário para preservar recursos naturais exauríveis ou proteger a saúde

Há 20 anos, a Organização Mundial do Comércio (OMC) emitia sua primeira decisão numa disputa comercial. Tratava-se de um caso de grande visibilidade, envolvendo a legislação de um determinado país destinada a preservar a qualidade do ar. Alguns críticos descreveram a decisão como prova de que a OMC sempre colocaria o livre comércio acima da proteção ambiental. Por algum tempo, repetiu-se esse chavão. Mas a jurisprudência da OMC mostra que esses receios não se confirmaram. É importante conhecer esta história ou perderemos a oportunidade de usar o comércio como um aliado do meio ambiente.

Vejamos aquele primeiro precedente, por exemplo. Discutia-se um dispositivo que regulava o nível máximo de poluentes permitido na gasolina. Não estava em questão o fato de que, de acordo com as normas da OMC, cada país tinha — e tem — o direito de regular esse tema. No entanto, no caso em análise, o limite de poluentes era imposto apenas ao produto importado; produtores domésticos estavam autorizados a ultrapassar aqueles parâmetros. A OMC decidiu que esse tratamento diferenciado era uma prática discriminatória e arbitrária, que não era compatível com o próprio objetivo ambiental da medida. Caso a lei tivesse imposto as mesmas restrições a todos os produtores, é razoável supor que a medida tivesse sido considerada perfeitamente legal.

Mais de 500 disputas já foram apresentadas à OMC, algumas envolvendo medidas comerciais com objetivos de proteção ambiental. Qualquer um que deseje ler essas decisões verá que a OMC nunca questionou a proteção ambiental — e, aliás, nem mesmo o poderia fazer à luz das nossas regras. O acordo que criou a OMC em 1994 vincula a organização aos objetivos do “desenvolvimento sustentável” e à “necessidade de proteger e preservar o meio ambiente”. E isso não está escondido numa nota de rodapé — está na página 1, no primeiro parágrafo do nosso acordo constitutivo.

Além disso, as regras da OMC expressamente permitem que os membros restrinjam o comércio quando isso for necessário para preservar recursos naturais exauríveis ou para proteger a saúde humana, animal ou vegetal. A jurisprudência também confirmou que cada país tem o direito de adotar o nível de tolerância ao risco que julgar adequado. Ou seja, é possível adotar padrões de “tolerância zero”, proibindo as importações de um produto, ainda que seu risco para o meio ambiente ou a saúde pudesse ser administrado. Evidentemente, essas medidas não podem ser aplicadas de maneira arbitrária, ou seja, o argumento legítimo de proteção ambiental não pode servir como um mero disfarce para encobrir medidas protecionistas.

Os 20 anos de jurisprudência da OMC mostram que as regras da organização não diminuem em nada o direito de os países adotarem políticas efetivas de proteção ambiental. A relação entre comércio e meio ambiente, no entanto, não termina aí. O comércio pode fazer mais pela causa ambiental.

Neste momento, por exemplo, um grupo de países negocia na OMC um acordo para eliminar barreiras ao comércio de produtos que favorecem a proteção ambiental — como turbinas eólicas, painéis solares e filtros para purificação de água. O comércio pode ajudar a disseminar tecnologias, promover eficiência energética e contribuir para a economia de baixo carbono. Naturalmente, sozinho não resolve, mas com certeza pode ajudar muito se fizer parte de um conjunto adequado de políticas ambientais.

Ocorre esta semana no Rio de Janeiro o Congresso Mundial de Direito Ambiental Internacional, uma interessante oportunidade para tratar da relação entre comércio e meio ambiente. A OMC tem uma boa história para contar nessa área — e ainda há mais a ser feito. Devemos evitar que visões distorcidas ou antiquadas prejudiquem a oportunidade que temos de fazer do comércio um aliado na proteção ao meio ambiente.

Ceplac forma mais uma turma do curso de Jovem Empreendedor Rural. MAPA. 28/04/2016.

Curso orienta alunos a potencializar geração de emprego e renda no campo

A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), promove nesta sexta-feira

(29), em Ipiaú (BA), a formatura de mais uma turma do curso Jovem Empreendedor Rural. Trinta e quatro jovens (22 homens e 12 mulheres) vão receber os certificados de conclusão do curso. Ao todo, a Ceplac já capacitou 470 jovens agricultores no sul da Bahia.

Ente os objetivos do curso, que já está em sua 12ª edição e é oferecido pelo Centro de Extensão Rural da Ceplac, está o de incentivar os jovens a se tornarem empreendedores rurais, a fim de que consigam gerar mais emprego e renda no campo. Com isso, eles vão permanecer na atividade rural e não precisarão migrar para as cidades. Além de assistência técnica, o curso também oferece noções de acesso ao crédito agrícola em instituições financeiras e de organização da comunidade rural.

Segundo o diretor da Ceplac, Sérgio Murilo, um dos maiores desafios da agricultura é manter o jovem no campo, assegurando-lhe oportunidades, já que os centros urbanos representam maiores expectativas de empregos. “Se preparado, o jovem poderá criar oportunidades no campo e gerar renda significativa.”

O curso associa teoria e prática, discutindo temas como políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural sustentável; modernização da cacauicultura, diversificação agrícola (fruticultura, bovinocultura, associativismo e cooperativismo); compostagem orgânica; gestão sustentável da produção verticalização da produção; e legislação ambiental.

Os participantes do curso são selecionados pela equipe de técnicos da Extensão Rural da Ceplac e das secretarias de Agricultura dos municípios.

Bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga tem valor econômico e biológico para o País. CNA. 28/04/2016.

A Caatinga é frequentemente associada à seca, pobreza e pouca biodiversidade, mas ao contrário do que se pensa, esse bioma confere valores biológicos e econômicos significativos para o país. A “floresta branca”, como é chamada em tupi-guarani, evita a emissão do gás carbônico (CO₂), conserva a água e o solo e é fonte de matérias primas como frutos silvestres, forragem, fibras e plantas medicinais. A principal atividade econômica desenvolvida no ecossistema é a agropecuária. No Dia Nacional da

Caatinga, comemorado nesta quinta-feira, 28 de abril, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) destaca a importância deste ecossistema, único bioma exclusivamente brasileiro.

E como forma de promover a sustentabilidade no meio rural, a CNA, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criou o Projeto Biomas, nos seis biomas brasileiros (Pampa, Pantanal, Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga). O objetivo é realizar, por meio da pesquisa, a inserção de espécies de árvores na propriedade rural, a fim de garantir sua diversificação, assim como atender exigências da legislação ambiental em relação aos produtores.

De acordo com a coordenadora do projeto, Cláudia Rabello, ambas as instituições estão empenhadas em promover o desenvolvimento rural sustentável, bem como uma maior harmonia entre os sistemas de produção e os de preservação, o que justificou a parceria, em 2010, da qual resultou o Projeto Biomas.

Cláudia explica que, no caso da Caatinga, a área de pesquisa do projeto, iniciado em 2012, está instalada na Fazenda Triunfo, no município de Ibaretama (CE). Atualmente o Projeto Bioma Caatinga conta com: 86 pesquisadores de 14 instituições envolvidos nas pesquisas; 12 projetos e mais 5 em fase de implantação; 5 mil árvores plantadas de 37 espécies. “Há estimativas de que, ao final do projeto, 19,5 mil árvores terão sido plantadas no âmbito dos 17 projetos de pesquisa”.

Sobre a Caatinga – Abrangendo 11% do território nacional, o bioma ocupa uma área de 844.453 Km² e é encontrado em todos os estados do Nordeste brasileiro e em parte de Minas Gerais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 27 milhões de pessoas vivem atualmente no polígono das secas, (porção do território nacional com baixa incidência de chuvas).

Homenagem - Em 20 de agosto de 2003, o decreto federal publicado no Diário Oficial da União instituiu o Dia Nacional da Caatinga, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano. A data homenageia o professor João Vasconcelos Sobrinho (1908/1989), pioneiro na área de estudos ambientais no Brasil.

Conheça abaixo um pouco mais sobre o Projeto Bioma Caatinga: O texto foi elaborado pela Assessoria de Comunicação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC).

O Projeto Bioma Caatinga está situado em uma área de 30 hectares, na fazenda Triunfo, no município de Ibaretama, estado do Ceará, distante 150 quilômetros da capital. Segundo Wellington Ribeiro Gomes, filho do proprietário, “o Projeto é muito interessante, pois traz coisas novas que o povo do sertão não conhecia, principalmente, na manutenção das árvores, no manejo com a criação de caprinos e no uso da palha de carnaúba como adubo”, salienta.

Dia de Campo - No próximo dia 26 de maio, está prevista uma visita dos alunos do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), do município de Maracanaú, ao Projeto. E no mês de junho, a FAEC, em conjunto com o Sindicato dos Produtores Rurais de Ibaretama, irá promover um Dia de Campo que contará com a participação de produtores, técnicos de diversos órgãos ligados à agropecuária e pesquisadores do Projeto Bioma Caatinga. Na ocasião, serão apresentados os resultados parciais já atingidos.

Sobre o Projeto Biomass - Iniciado em 2010, o projeto é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos. Os estudos estão sendo desenvolvidos para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas brasileiros. O Projeto Biomass tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto, John Deere e BNDES.

Na Caatinga, o projeto conta com a parceria das seguintes instituições: Embrapa Caprinos e Ovinos, Embrapa Semiárido, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará / Campus Quixadá, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, Administração Regional do SENAR Ceará e sindicatos rurais da região.

Urgência estratégica. José Eli da Veiga – Valor Econômico. 28/04/2016.

Para realmente superar tão sombria crise nada melhor que casar aos pleitos municipais de outubro uma eleição direta e limpa para a Presidência. Porém, como a estatura moral dos que deveriam viabilizar tal saída é por demais inferior às suas responsabilidades históricas, parece inevitável que a sociedade brasileira seja levada a se conformar com o

paliativo de mais um vice na Presidência, repetindo o mantra "o que não tem remédio, remediado está".

Por enquanto pouco se sabe a respeito do documento "Travessia", anunciado como um upgrade mais "social" do bem genérico "Uma ponte para o futuro" (títulos que parecem plágio de notável projeto lusitano: <http://dailymotion.com/video/x2x51z7>). Mas é quase certeza de que o texto complementar nem chegue a abordar o que já deveria ter sido enfatizado no programa básico: é no saneamento que está a mais virtuosa das políticas sociais.

As taxas de retorno de investimentos em saneamento variam de 17% a 55%, com benefícios duas a oito vezes seus custos, informa o Banco Mundial. Porém, com menos da metade de sua população atendida por esgoto, o Brasil ocupa o 112º lugar na classificação mundial e o 12º na da América Latina. Em vizinhos como México e Venezuela, só 10% da população continuam a sofrer os malefícios de esgoto a céu aberto.

As taxas de retorno de investimentos em saneamento variam de 17% a 55%, informa o Banco Mundial

Isso já seria suficiente para que fossem maximizados investimentos privados mediante PPPs de saneamento. Mas há mais. Esse revoltante atraso - com certeza a maior das injustiças socioambientais que assolam a sociedade brasileira neste início de século XXI - pode se tornar um benemérito trunfo estratégico. É que ele agora oferece excelente oportunidade econômica - além dos incomparáveis benefícios humanitários e socioambientais - se as estações de tratamento de esgotos forem projetadas com um tripé de novas funções: obtenção de fertilizantes (com destaque para o fósforo); geração de bioenergias (biodiesel, biogás, bioeletricidade), e reuso da água tratada.

A obtenção de materiais fosfatados já é exemplar na Holanda, tanto mediante a coleta prévia de urina para reciclagem, como por remoção no tratamento terciário de esgoto. Lá existe clareza sobre o caráter crucial do fósforo para a agricultura, e do consequente perigo de se depender dos raros países exportadores de rocha fosfática. Em 2008, bastou que a China restringisse suas exportações (12% das mundiais) para que o preço da tonelada saltasse de US\$ 40 para US\$ 430. Como reagirá esse mercado se o exemplo for algum dia seguido pelo Marrocos, origem de um terço das exportações totais?

Na geração de bioenergias via tratamento de esgoto ainda não há país que possa ser apontado como benchmark. Mas, ao contrário do que ocorre com a obtenção de fertilizantes, a pesquisa tecnológica brasileira está bem menos atrasada no uso de algas para fins energéticos. Indica que, além de poderem ser cultivadas em qualquer época do ano, microalgas rendem volumes de óleo duzentas vezes superiores aos das oleaginosas atualmente privilegiadas na produção de biodiesel.

Só que a viabilidade econômico-financeira desse cultivo exige, por enquanto, exploração integrada e sinérgica das produções de biocombustíveis, de fertilizantes e de coprodutos de maior valor agregado, como os da linha "nutracêutica": carotenos, espirulina e astaxantina, por exemplo. Enquanto subsistir a desleal concorrência dos criminosos subsídios às energias fósseis, só com polivalentes biorrefinarias pode ser rentável a exploração de microalgas. Mas são subsídios condenados a ser mundialmente banidos.

Ainda no âmbito energético há outra auspiciosa opção: o aprimoramento já em curso das sensacionais "CCMs" (células de combustível microbianas), que permitem a produção direta de eletricidade, pois lidam com microrganismos capazes de oxidar matéria orgânica e transferir elétrons para um ânodo. Experimentos realizados com apoios do CNPq e da Fapesp indicam que essa inovação pode estar muito próxima de sua fase comercial.

Então, por incrível que pareça, o maior embaraço do Brasil talvez esteja na mais singela das pernas do tripé, pois a população não tem qualquer tradição de reuso da água para fins potáveis, ao contrário do que ocorre em muitas outras sociedades. Mas o reuso industrial, assim como projetos pilotos para outros fins indiretos, felizmente já se multiplicam.

Claro, o aproveitamento dessa bem-vinda oportunidade trará ainda mais vantagens se também forem feitos os necessários investimentos públicos e privados em pesquisas, além de oferecido o imprescindível apoio a empreendedores que optarem por inovar no âmbito dessas alternativas.

A grande barreira, contudo, é que as elites tupiniquins nem se dão conta da gravidade do problema. Raros são os que se mostram indignados frente ao deletério efeito cognitivo que acomete quem sobrevive a frequentes diarreias infantis. E ainda mais raros os que

se sensibilizam com o argumento de que acesso à higiene propiciada por saneamento é um dos mais elementares dos direitos humanos.

José Eli da Veiga, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP) e autor de "Para entender o desenvolvimento sustentável" (Editora 34, 2015). Página web:www.zeeli.pro.br

Crise política pode afetar meta para as emissões. Luciana Otoni – Valor Econômico. 28/04/2016.

Único país em desenvolvimento a se comprometer com redução absoluta de emissão de gases de efeito-estufa, o Brasil tenta colocar em prática as ações que convertam suas atividades produtivas em uma economia de baixo carbono. Se for bem sucedido, o país reforçará seu protagonismo nas questões internacionais do meio ambiente, mas caso não cumpra os alvos propostos perderá oportunidade de liderar um movimento global em direção à economia verde.

No cenário atual, joga a favor da descarbonização a recessão profunda na qual a ociosidade do parque fabril impõe natural redução na emissão de gases de efeito-estufa na atmosfera por diferentes setores produtivos. Mas pesa, por outro lado, a grave crise política em que o país está mergulhado, jogando incertezas sobre quais autoridades levarão adiante a ambiciosa pauta da despoluição.

No auge da instabilidade, na semana que antecedeu a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reuniu servidores das diferentes áreas e escalões da pasta para transmitir a mensagem de que a agenda da economia verde é uma política de Estado.

Na conversa com os funcionários do MME e diante das indefinições que cercam o comando do governo federal, Izabella disse que cabe aos servidores implementar as medidas de redução na emissão de gases de efeito-estufa, em tentativa de evitar desmobilização e dispersão na gestão da pauta do meio ambiente.

Na Conferência do Clima realizada em Paris, em dezembro, o Brasil foi destaque ao assumir de forma voluntária metas quantitativas de redução na emissão de gases

poluentes, em posicionamento exigido apenas dos países desenvolvidos. O objetivo é reduzir a emissão de gases de efeito-estufa em 37% até 2025, fazendo a despoluição avançar para 43% até 2030.

Os parâmetros levam em consideração o nível de emissão de gás carbônico de 2005, ano em que foram lançados à atmosfera 2,1 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente, conforme o relatório oficial das emissões feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 2014. Um novo relatório, com dados atualizados será apresentado nas próximas semanas e caso haja revisão para cima nas emissões de 2005, as metas para 2025 e 2030 propostas torna-se ainda mais expressivas.

Para alcançar os parâmetros o país terá que eliminar o desmatamento ilegal, reflorestar 12 milhões de hectares de floresta e alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética até 2030.

"Nossa INDC (Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada) é ambiciosa, mas é pé no chão", classifica o secretário de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, José Gonzalez Miguez.

A crise política e a incerteza sobre os rumos de Brasília, afirma, não estão impedindo a adoção das políticas. José Miguez cita a reavaliação do programa de combate ao desmatamento, com a busca de medidas coercitivas para punir o desmatamento ilegal e maior monitoramento das propriedades rurais. E aponta também a lei 13.263, de março, que autoriza o aumento do biodiesel no diesel fóssil, com a qual busca-se a ampliar de 7% para 10% até 2020 a quantidade do biodiesel comercializado.

Na visão do secretário, não cabe falar em redução de metas. "Em minha avaliação pessoal, e a ministra Izabella compartilha dessa ideia, não vejo porque mudar nossa proposta de redução de emissões. A princípio, o Brasil deveria confirmar a INDC em 2018 com os percentuais (de redução de gases poluentes) de 37% e 43%".

Ele, no entanto, não descarta que haja uma nova rodada de discussão no governo sobre o tema em 2018, quando o Brasil terá que reafirmar sua proposta. Entre as autoridades que ajudaram a formular as metas de despoluição, a avaliação é que a instabilidade política tem caráter conjuntural e não representa ameaça à agenda.

"Não é uma crise ou uma questão conjuntural que irá afetar nossos planos de médio e longo prazos em direção a uma economia de baixo carbono", diz o diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, José Raphael Lopes Mendes de Azeredo.

Diante da incerteza sobre quais autoridades irão tocar a pauta, ele comenta que as diretrizes do Brasil não são imediatistas e exigem planejamento de médio e longo prazo por parte do setor público e da iniciativa privada.

A escassez de recursos naturais, como o risco permanente de falta de água, e o avanço da noção de que é preciso conter o aumento da temperatura do planeta tem levado os industriais a incluir o fator sustentabilidade nos planos de negócios. Esse processo, comenta o gerente-executivo de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Shelley Carneiro, não tem esmorecido diante das dificuldades políticas e econômicas.

Crédito para a transição é limitado. Janes Rocha – Valor Econômico. **28/04/2016.**

A transição para um novo modelo de produção que respeite o Acordo do Clima, assinado em Paris em dezembro, implica mudanças e até a interrupção de processos produtivos movidos pela queima de combustíveis fósseis e adoção de fontes de energia renováveis para desacelerar a emissão de gases de efeito-estufa.

Vai demandar um grande volume de investimentos, mas a fonte dos recursos é um campo em aberto. Um estudo produzido pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (CVces-FGV) para a federação dos bancos (Febraban) mostrou uma queda de 2% nos financiamentos bancários para projetos ambientalmente sustentáveis em 2014 comparado a 2013, para R\$ 107,8 bilhões. Quase metade deste total foi aplicada em transporte sustentável. Outros 32% irrigaram projetos de energias renováveis e agricultura sustentável. A queda se deu principalmente pelo corte em projetos de energias renováveis, água e cidades (ver tabela), devido ao aprofundamento da crise econômica no ano passado.

Por outro lado, o levantamento mostrou que o montante de financiamentos desembolsados a setores potencialmente causadores de impactos ambientais também caiu, de R\$ 408 bilhões para R\$ 365 bilhões.

Enquanto isso, um projeto para emissão no Brasil de títulos de dívida específicos para a economia verde, os chamados títulos verdes (green bonds), aguarda regulamentação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), acredita que este é o instrumento ideal para dar "visibilidade" às medidas ambientais tomadas pelas empresas. A entidade reúne 70 associados que representam 40% do Produto Interno Bruto do país.

Segundo o Climate Bonds Initiative, o mercado internacional de títulos verdes saiu de US\$ 11 bilhões em 2013 para US\$ 41,8 bilhões em 2015. Até hoje apenas uma empresa brasileira emitiu green bonds - a BRF, que captou US\$ 500 milhões com investidores europeus no ano passado.

Para o engenheiro agrônomo Marco Antônio Fujihara, o desafio para ampliar os recursos disponíveis em mercado para a viabilização das metas do Acordo de Paris está em como mitigar os riscos percebidos pelo sistema financeiro. Fujihara, que desenvolve projetos de qualificação empresarial nos parâmetros do mercado de capitais lastreados em green bonds, pela consultoria Aggrego, afirma que ainda há muito trabalho a fazer para mudar essa visão. "As empresas do setor financeiro ainda veem a sustentabilidade como risco, mas a mudança de paradigma é transformar a percepção de risco em percepção de valor", disse Fujihara, que também avalia projetos para o fundo Performa Key de Inovação e Meio Ambiente.

Ele diz que o momento é muito propício à emissão de títulos verdes. Com a perda do grau de investimento do Brasil pelas agências de "rating", a sustentabilidade pode reduzir os riscos percebidos pelos investidores: "Finanças sustentáveis são um instrumento para transformar risco em valor".

Marina Grossi afirma que há interesse pelos papéis por parte de investidores, prova disso foi que a emissão da BRF teve uma demanda quatro vezes maior que a oferta. "É uma tendência, existe interesse (de investidores) para diversificação de portfólios", aponta a presidente do Cebds.

Existem vários fundos de private equity e infraestrutura olhando para investimentos nessa área no Brasil. Mas os grandes investidores institucionais, os fundos de pensão, estão reticentes. É o que mostra um estudo realizada pela consultoria Sitawi, que mede o

engajamento dos fundos de pensão com práticas sustentáveis, através de seus portfólios de investimentos.

O trabalho foi realizado com dados fornecidos obrigatoriamente (Resolução CMN 3792/09) pelos 50 maiores fundos de pensão brasileiros, com patrimônio líquido acima de R\$ 2 bilhões (posição de dezembro de 2015). Segundo Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi e responsável pelo estudo, quase todos os fundos são signatários dos Princípios para Investimentos Responsáveis (PRI).

Porém, na análise que considerou apenas a carteira de renda variável (ações, créditos privados e investimentos estruturados), só dois fundos de pensão comprovaram alto engajamento na aplicação de critérios sustentáveis à gestão do portfólio. "A agenda (de adesão aos critérios de sustentabilidade) ficou estagnada, o que deve ser reflexo da conjuntura, do ambiente econômico complicado", avalia Pimentel.

Um dos dois fundos de pensão é o Infraprev, multipatrocinado por empresas do setor aeroportuário. De seus quase R\$ 3 bilhões em patrimônio líquido, 9,51% estão sob escrutínio para riscos ambientais, sociais e de governança, informou Carlos Frederico Aires Duque, diretor-superintendente do Infraprev.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa